

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109.2026

SEI Nº 1400005733.000024/2025-51

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através da Pregoeira **Solange Maria de Albuquerque Ramos Nazaré**, designada por Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório, e com a respectiva autorização do Secretário Executivo de Administração e Finanças - SEAF, da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco, estabelece as condições para a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

- 1.1.** A presente licitação tem como objeto a formação de Registro de Preços para a eventual prestação de serviços de **AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR e SUPERVISOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
- 1.2.** O objeto desta licitação está agrupado em lote único, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1.** A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$9.906.330,60 (nove milhões novecentos e seis mil trezentos e trinta reais e sessenta centavos)**, distribuídos em lote único, na forma indicada no Termo de Referência.
- 2.2.** As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: **3.3.90.37.05**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física;

3.4.2. Pessoa jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.3. Pessoa jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.4. Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.5. Pessoa jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.6. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.8. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.9. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.4.11. Cooperativa de mão de obra, conforme art. 5º da Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao pregoeiro informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema COMPRAS.GOV.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo pregoeiro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo pregoeiro.

5.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4.1. nos itens exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2 ou 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.6. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei Federal nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações, e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa RFB - nº 2110/2022, de 13/10/2022, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, nos termos do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

6.6.1. No caso previsto no item 6.8, a licitante não poderá apresentar proposta com base no regime de tributação do Simples Nacional.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.10.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.10.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.11.1.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

7.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste Edital, passando o pregoeiro a examiná-las.

7.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

7.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao Sistema e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

8.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.3. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.6. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances de mesmo valor provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

8.8. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material, alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

8.9. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 8.9.

8.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto-fechado**, conforme Termo de Referência.

8.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, encerrado esse prazo, o Pregoeiro encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances. Após o transcurso de um período de tempo adicional de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13. Encerrados os prazos da etapa aberta de lances de que trata o item 8.12, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor do melhor lance e os autores dos lances com variação de preço de até 10% (dez por cento) em relação

àquele possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14. Na oferta do lance fechado, as licitantes poderão optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar preço menor.

8.15. Não havendo pelo menos 3 (três) licitantes nas condições de que trata o item 8.13, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer lance fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR GLOBAL POR LOTE**.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

9.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

9.2.2.2. empresas brasileiras;

9.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

10.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10.5. No caso previsto no item 10.3, o Pregoeiro buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

10.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Pregoeiro.

11. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

11.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Pregoeiro repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

11.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Anexo I ao TR – Planilha de Custos e Formação de Preços, e os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

11.3. A licitante deverá preencher a Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo I do TR), especificando a remuneração, encargos, materiais, equipamentos, tributos e demais custos inerentes à contratação, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante nos termos do item 11.4.

11.4. Na apresentação das propostas, devem ser indicadas e consideradas as normas coletivas de trabalho aplicáveis à licitante, vigentes à época da elaboração das referidas planilhas referenciais pela Administração, conforme a data base indicada no respectivo orçamento.

11.4.1. A proposta deverá vir acompanhada de documento apto a comprovar a filiação do licitante ao respectivo sindicato ou, não havendo filiação, declaração informando a referida condição.

11.4.2. É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

11.4.3. Também deve ser apresentado por ocasião da apresentação da proposta documento apto a atestar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da licitante.

11.5. Cada licitante é responsável por informar, na respectiva proposta, as alíquotas correspondentes aos tributos e contribuições incidentes sobre a prestação dos serviços, de acordo com o seu regime de tributação.

11.6. Em atendimento ao Decreto Estadual n.º 49.103/2020, a licitante sujeita à apuração pelo regime do lucro presumido deverá prever, de forma destacada, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL sobre o percentual do lucro, na sua formação do preço.

11.7. O pregoeiro poderá solicitar o relatório Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF da última competência, a fim de comprovar o regime de tributação indicado na proposta.

11.8. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Pregoeiro.

11.8.1. O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Pregoeiro.

11.9. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

11.10. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

11.11. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

11.12. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Pregoeiro dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro no sistema.

11.13. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 11.9, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.14. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

12.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do edital.

12.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

12.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

12.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

12.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.2.3. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

12.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

12.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

12.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

12.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

12.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b)** permaneçam com valores superiores ao valor unitário estimado do posto de trabalho ou superiores ao valor global estimado, após a negociação de que trata o item 10;
- c)** contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d)** apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e)** contenham falhas, apontadas pelo pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 15 deste Edital;
- f)** apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.5. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

12.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

12.5.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

12.5.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.6. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

12.7. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Pregoeiro retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 11.9, e realizarem a negociação de que trata o item 10, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

12.8. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

12.9. Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

13.2. Habilitação Jurídica:

13.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

13.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

13.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

13.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

13.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio da licitante;

13.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ/PE).

13.3.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante.

13.3.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.3.9. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

13.3.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3.12. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

13.3.12.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

13.3.12.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

13.4. Qualificação Técnica:

13.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação um ou mais certidão(ões) ou atestado(s), em nome da licitante, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.4.1.1. Os atestados/certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características:

a) experiência mínima de **3 (três)** anos, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra; e

b) mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho para o lote.

13.4.1.2. Para comprovar o tempo de experiência mínimo exigido, será aceito o somatório de atestados de serviços executados em períodos diferentes (períodos concomitantes serão computados uma única vez), não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

13.4.1.3. Para comprovar os quantitativos mínimos exigidos, apenas será aceito o somatório de atestados de serviços executados em períodos concomitantes.

13.4.1.4. Para fins de aferição do percentual mínimo, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

13.4.1.5. Caso seja(m) apresentado(s) atestado(s) de capacidade técnica referente(s) a áreas limpas (m²), será feita a conversão para postos de trabalho de acordo com as produtividades constantes nos estudos técnicos de limpeza elaborados pela SAD-PE.

13.4.1.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

13.4.1.7. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital.

13.4.1.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.4.1.9. Para a confirmação de tempo de experiência e de informações contidas no(s) atestado(s) apresentado(s), o Pregoeiro poderá promover diligência no intuito de esclarecer/complementar a instrução do processo, solicitando e obtendo cópias de contratos e outros documentos idôneos.

13.4.1.10. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

13.4.1.11. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.5. Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante.

13.5.2. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio da licitante.

13.5.2.1. A certidão descrita no subitem 13.5.2 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante (subitem 13.5.1) contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.

13.5.2.2. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

13.5.3. Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação do respectivo lote.

13.5.4. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação do respectivo lote.

13.5.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei, devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

13.5.6. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

13.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5.8. Comprovação da relação de compromissos assumidos pela licitante, conforme modelo de Declaração constante do Anexo II, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração e/ou com a iniciativa privada e vigentes na data da sessão pública de abertura do processo licitatório, excluídas as parcelas já executadas, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante.

13.5.8.1. A declaração de que trata o item 13.5.8 deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;

13.5.8.2. A declaração de que trata o item 13.5.8 que apresentar divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para cima ou para baixo, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração do resultado do Exercício (DRE) deverá estar acompanhada das devidas justificativas.

13.6. Documentos Complementares

13.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.5. Declaração de ciência da exigência prevista na Lei Estadual 13.462, de 2008, com o compromisso de cumprir, no ato da contratação, a obrigação de recrutamento de mão de obra egressa de cursos de qualificação profissional promovidos pelo Governo do Estado, nos termos e nas condições estipuladas na legislação de regência, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.6. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

13.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

13.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

13.7.3.1. Se os documentos indicados no item 13.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação.

13.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos nos itens 13.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

13.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

13.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital;

13.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

13.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

13.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

13.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 13.7.7.

13.7.12. Habilitada a licitante, o Pregoeiro encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

13.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

14.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

14.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

15. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

15.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

15.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

15.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

15.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

15.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Pregoeiro a fazer exigências novas não previstas no edital.

15.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

15.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

16.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

16.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

16.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

16.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

16.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br.

16.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

16.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

16.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

17. DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

17.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

- a) houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;
- b) houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

17.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

17.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo IV), no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

18.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

18.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

18.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DO CONTRATO

19.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo V.

19.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de **3 (três)** dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

19.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecida em cartório, com poderes que habilitem o mandatário a assinar o instrumento.

19.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

19.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair o direito à contratação.

19.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 20.1.2.

19.4.1. Na hipótese do item 19.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Pregoeiro retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

19.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

20.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata ou o instrumento contratual;

20.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

20.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

20.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

20.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

20.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. fraudar a licitação;

20.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

20.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. Multa;

20.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nos itens 20.2.2 e 20.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

20.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o lote, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 20.1.1 deste edital;

20.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 20.1.2 e 20.1.3. deste edital;

20.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o lote nos casos das infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5., 20.1.6., 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9 deste edital.

20.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

20.5.1. No cometimento da infração prevista no item 20.1.1: de 6 a 12 meses;

20.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.2. e 20.1.3: até 6 meses;

20.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos e

descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9: de 03 a 6 anos;

20.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 20.5 e 20.6. deverão ser observadas:

20.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

20.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

20.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

20.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

20.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

20.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

20.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

20.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

21.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema Pe-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

21.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

21.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

21.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

21.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

21.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

21.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

21.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

21.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I** – Termo de Referência;
- b) Anexo II** – Declaração da relação de compromissos assumidos pela licitante;
- c) Anexo III** - Declarações complementares;
- d) Anexo IV** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- e) Anexo V** – Minuta do Contrato acompanhado do Termo de Ciência do fiscal e do gestor do contrato.
- f) Anexo VI** - Modelo de Folha de Rosto.

21.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

21.12. Esta licitação poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 09 de junho de 2026.

Solange Nazaré

Pregoeira AC 30

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109.2026

SEI Nº 1400005733.000024/2025-51

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Formação de Registro de Preços para contratação eventual da prestação de serviços de AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR e SUPERVISOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco para a regional Mata Norte, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

1.2 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por lotes e descritos conforme quadro (s) conforme quadro (s) constante(s) no Anexo B.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATSER, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A justificativa e o objetivo da contratação encontra-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo técnico Preliminar (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.1.2 Deve-se registrar ainda que o órgão demandante da presente licitação não dispõe de recursos materiais e humanos no Quadro de Pessoal para realização dessa atividade de forma direta, conforme comprovado nos autos processuais.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 A justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1 A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1 A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8 - do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5 DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1 De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2 Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente serviço contínuo.

2.5.3 Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que o objeto em questão não demanda aglutinação de competências conexas e específicas em demasia, pois a (as) contratada (as) deve (em) ter apenas competência na prestação de serviço de mão de obra terceirizada, em conformidade com o instrumento convocatório e atendimento da legislação vigente. Não obstante se tratar de contratação de grande vulto, é certo que a participação em consórcios, além de desnecessária, traria ao processo licitatório, bem como, às demais etapas até a execução do contrato, maior volume de documentação, o que causaria maior morosidade à administração pública, por exemplo: Habilitação jurídica e fiscal: cada uma das empresas consorciadas deverá apresentar seus documentos.

2.5.4 Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6 DA VEDAÇÃO DE PESSOA FÍSICA NA LICITAÇÃO

2.6.1 É vedada a participação de pessoa física na presente licitação, tendo em vista que a natureza do objeto — contratação de mão de obra terceirizada para agentes de alimentação escolar e supervisor de alimentação escolar — exige a disponibilidade de estrutura mínima, capital social ou patrimônio líquido compatível, equipamentos e equipe de profissionais para a sua execução, requisitos esses exclusivos de pessoas jurídicas regularmente constituídas.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Os serviços serão prestados, nos regimes e períodos apresentados a seguir:

3.1.1.1. Posto de 44 (quarenta e quatro) horas semanais – segunda-feira a sexta-feira – Diurno;

3.1.2. Será concedido a todos os profissionais terceirizados, intervalo intrajornada de 1h e 12 minutos horas para almoço/descanso.

3.1.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários: 6h às 16h, ou 7h às 17h, ou 8h às 18h, ou 11h às 21h, ou 12 às 22h.

3.1.4. Não haverá necessidade de substituto para o horário de almoço/descanso, devendo ser organizados os horários de forma a não prejudicar a oferta da alimentação.

3.1.5. Os serviços serão prestados conforme calendário escolar, inclusive quanto aos feriados dispostos no referido calendário, para os agentes de alimentação e conforme expediente da Gerência Regional de Educação para os supervisores (as) de alimentação escolar;

3.1.6. Visando a confecção das planilhas referenciais da presente licitação, os salários das funções especificadas neste Termo de Referência tomarão como base a Convenção Coletiva de Trabalho, atualizada, do Sindicato STEALMOAIC - Sindicato dos Trab. em Emp. de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Locação de Mão de Obra, Adm. de Imóveis Condomínios de Edif. Resid e Com. do Estado de Pernambuco. Contudo, cada licitante deverá preencher sua planilha de acordo com a sua realidade.

3.1.7. A formação mínima exigida dos profissionais alocados na prestação de serviços compreende o ensino fundamental II, devidamente comprovada na fase contratual por certificado de conclusão expedido por instituição de ensino devidamente reconhecida por órgão competente.

3.1.8. A CONTRATADA fornecerá a todos os empregados envolvidos na prestação de serviços uniformes e seus complementos, bem como, Equipamentos de Proteção Individual – EPI, conforme as especificações, os quantitativos e a vida útil indicados a seguir:

FARDAMENTO E EPI'S (POR PESSOA)

CARGO: Agente de Alimentação Escolar			
ITEM	QUANTIDADE ANUAL	VIDA ÚTIL	DESCRIÇÃO
CALÇA	4	6 meses	Calça na cor branca, modelo com elástico, com cadarço de ajuste no cós, com bolso chapado atrás, sem logomarcas, em tecido uniforte sarja 100% algodão.
TOUCA	6	6 meses	Tamanho único, na cor branca, com fibras sintéticas (poliamida), pelo sistema de malharia simples, de fibras abertas, tipo corrente, filó, em tecido 100% sintético. Acabamento na parte inferior em formato de meia circunferência com 90mm de largura, confeccionada em tecido de algodão e finalizado por tirante elástico para
AVENTAL	4	6 meses	100% algodão, tamanho 70X100 cm
AVENTAL PVC	4	6 meses	Avental Frontal PVC Branco. confeccionado com tecido, em poliéster recoberto com PVC. tamanho comprimento 120 cm e largura 65 cm.
JALECO	4	6 meses	Jaleco na cor branca, manga curta, lapela escondendo os botões, com logomarca serigrafada do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco, em tecido uniforte sarja 100% algodão.
PAR DE SAPATO DE SEGURANÇA	2	6 meses	Sapato de segurança na cor preta, de couro, confortável, biqueira arredondada sem costura, solado de borracha vulcanizada; partes visíveis na cor preta; salto de borracha na cor preta; atado com cinco laçadas de cadarço preto de formato tubular.
LUVA TÉRMICA DE SEGURANÇA	1	12 meses	Luva de segurança para cozinha, reforço em aramida entre o polegar e o indicador, confeccionada em aramida, com revestimento siliconizado na face interna do tecido, punho de 20 cm de comprimento, em tecido brim tipo sol a sol, forração fixa e costura em linha aramida. Resistente à temperatura de até 250° C

LUVA DE MALHA DE AÇO	1	12 meses	Luva de Segurança de Malha de Aço, de cinco dedos, ambidestra, confeccionada em elos de Aço Inox (malha de Aço Inox), com bracelete no punho confeccionado material sintético ou com punho ajustável através de pulseira de aço inox e garras, para fixação adequada ao pulso do usuário. em Comprimentos de Disponíveis de Punho: 5cm, 7,5cm, 15cm, 20cm e braço inteiro.
AVENTAL TÉRMICO	1	12 meses	Confeccionado em tecido especial, com tratamento em silicone em uma das faces, ajustável através de tiras nas costas e alça no pescoço, resistente a temperatura de até 280°C, medindo no mínimo 90 x 60 cm, atendendo as Norma(s) Técnica(s).

CARGO: Supervisor(a) de alimentação escolar (POR PESSOA)			
ITEM	QUANTIDADE ANUAL	VIDA ÚTIL	DESCRIÇÃO
CALÇA	4	6 meses	Calça na cor branca, modelo com elástico, com cadarço de ajuste no cós, com bolso chapado atrás, sem logomarcas, em tecido uniforte sarja 100% algodão.
JALECO	4	6 meses	Jaleco na cor branca, manga curta, lapela escondendo os botões, com logomarca serigrafada do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco, em tecido uniforte sarja 100% algodão.
SAPATO	2	6 meses	Sapato de segurança na cor preto, de couro, confortável, biqueira arredondada sem costura, solado de borracha vulcanizada; partes visíveis na cor preta; salto de borracha na cor preta; atado com cinco laçadas de cadarço preto de formato tubular.
TOUCA	4	6 meses	Tamanho único, na cor branca, com fibras sintéticas (poli-amida), pelo sistema de malharia simples, de fibras abertas, tipo corrente, filó, em tecido 100% sintético. Acabamento na parte inferior em formato de meia circunferência com 90mm de largura, confeccionada em tecido de algodão e finalizado por tirante elástico para ajuste à cabeça.

3.1.9 Os uniformes e seus complementos, bem como os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, serão fornecidos, no mínimo, nos quantitativos acima indicados, devendo ser substituídos sempre que necessário, às expensas da CONTRATADA.

3.1.10. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

3.1.11. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

3.1.12. Os profissionais requeridos na presente contratação se enquadram na Classificação Brasileira de Ocupações sob o código 5132-05 e 4101-05.

3.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1. A prestação dos serviços envolve a alocação, pela CONTRATADA, de profissionais devidamente habilitados, nos termos da legislação específica competindo a estes:

a. Para Agente de Alimentação Escolar:

I. Desenvolver atividades de preparação e cocção de alimentos observando rigorosamente os princípios de higiene pessoal, ambiental e operacional, em conformidade com o disposto na Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, e demais legislações vigentes.

II. Executar o cardápio elaborado pelos nutricionistas vinculados à Superintendência do Programa da Alimentação Escolar;

III. Distribuir as refeições prontas para consumo aos estudantes da unidade escolar;

IV. Garantir alimentação em condições higiênico-sanitárias adequadas;

V. Armazenar os gêneros e produtos alimentícios e controlar o estoque de alimentos, de forma diária e sistemática;

VI. Realizar as atividades de higienização dos ambientes (Cozinha e estoque de gêneros), equipamentos e utensílios;

VII. Verificar de forma sistemática a qualidade dos produtos, a integridade das embalagens e os prazos de validade, que devem estar de acordo com as normas da Vigilância Sanitária;

VIII. Verificar periodicamente a reposição dos gêneros alimentícios, visando à manutenção do estoque dos produtos, para suprir futuras demandas;

IX. Fornecer dados e informações sobre a alimentação consumida na unidade;

X. Participar das reuniões e capacitações ministradas pela equipe de nutricionistas do quadro técnico da Superintendência do Programa de Alimentação Escola (SUPAE);

XI. Atender às orientações, normas e procedimentos fornecidos pela equipe de nutricionistas do quadro técnico da Superintendência do Programa de Alimentação Escola (SUPAE);

XII. Ser cordial com os alunos, atendendo às suas necessidades sempre que necessário;

- XIII. Apresentar-se para o trabalho no horário proposto, sempre com o fardamento completo e limpo, sem o uso de acessórios e adornos;
- XIV. Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante a execução das atividades;
- XV. Deixar o estoque organizado, de tal forma que permita que os gêneros com vencimento mais próximo sejam primeiramente utilizados;

b. Para Supervisor de Alimentação Escolar:

- I. Acompanhar os nutricionistas nas visitas técnicas às unidades escolares estaduais, sempre que necessário, auxiliando na realização dos remanejamentos de alimentos, controles de estoque e capacitações;
- II. Fiscalizar o cumprimento do uso e fardamentos e EPI's pelos agentes de alimentação escolar, repassando as inconsistências para a SUPAE e nutricionista responsável pela unidade escolar;
- III. Auxiliar os nutricionistas na aplicação dos testes de aceitabilidade junto aos alunos atendidos pelo programa, observando os parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos, de acordo com o art. 20 da Resolução 04 de 26 de Fevereiro de 2026;
- IV. Seguir rotina de trabalho do plano de ação do Núcleo de Alimentação Escolar;
- V. Auxiliar na orientação das atividades de higienização de ambientes, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios;
- VI. Participar das reuniões e capacitações ministradas pela equipe técnica de nutricionistas.

3.3 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1. Os serviços serão prestados nos seguintes locais e horários discriminados pela CONTRATANTE no Anexo A deste Termo de Referência.

3.3.2. O início da execução contratual deve se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão da ordem de serviço.

3.3.3. Os serviços serão apurados da seguinte forma: O fiscal do contrato, após conferência dos quantitativos e valores presentes no relatório a ser emitido pela CONTRATADA, atestará a medição mensal, no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do referido relatório, comunicando à empresa o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente Nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

3.3.3.1. O ateste será materializado em termo detalhado que ratifique a devida execução do objeto e o atendimento dos aspectos técnicos e administrativos dos serviços prestados.

3.3.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.3.5. Condições gerais e específicas para a prestação do serviço:

3.3.5.1 Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar todas as atividades necessárias à obtenção do escopo contratado, dentre as quais se destacam:

I- Fornecer Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por médico do trabalho, no ato da contratação e renovado anualmente;

II- Fornecer ao agente de alimentação, fardamento adequado à execução das atividades de produção e distribuição de refeições, além dos procedimentos relacionados à higienização e equipamentos de proteção individual, conforme descrição, quantidade e vida útil, constantes no item 3.1.8 deste Termo.

3.3.5.2 Os serviços serão prestados de acordo com os horários estabelecidos pelo órgão Contratante, conforme as suas necessidades, desde que respeitados os limites legais da jornada semanal, qual seja, de 44hs (quarenta e quatro horas) semanais, de segunda-feira à sexta-feira;

3.3.5.3 Os agentes de alimentação escolar serão lotados nas escolas da rede básica de ensino do Estado de Pernambuco, conforme ANEXO A, deste Termo de Referência;

3.3.5.4 Os supervisores (as) de alimentação escolar serão lotados nas escolas da rede básica de ensino do Estado de Pernambuco, conforme Anexo A, deste Termo de Referência;

4. DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O valor estimado mensal para a contratação é de **R\$ 825.527,55 (oitocentos e vinte e cinco mil quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos)**, perfazendo o valor estimado global de **R\$ 9.906.330,60 (nove milhões novecentos e seis mil trezentos e trinta reais e sessenta centavos)** para 12 (doze) meses, estando assim distribuídos:

4.1.2. Lote único (Ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 9.906.330,60 (nove milhões novecentos e seis mil trezentos e trinta reais e sessenta centavos);

4.1.3. Os valores apresentados acima estão detalhados nos demonstrativos de cálculo da contratação e quadro resumo constantes no Anexo B deste Termo de Referência.

4.1.4. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.5. Os preços finais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1 As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Classificação Funcional Programática:

00108.12.368.0474.4538.0000

00108.12.423.0474.4318.0000
00108.12.368.0474.4320.0000
00108.12.362.0474.2310.0000
00108.12.363.0474.2277.0000

Categoria Econômica/Grupo/Modalidade: 3.3.90

Elemento de Despesa: 3.3.90.37.05

4.3 JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. Em regra, contratações de serviços terceirizados devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os lotes de contratação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há lotes de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui lote exclusivo à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

5. DA LICITAÇÃO

5.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1 A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL.

5.1.2 O objeto será executado por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

5.1.3 O modo de disputa a ser utilizado é o **aberto-fechado**.

5.1.4 A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que por se tratar de um Registro de Preços para contratação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, esta combinação é a que melhor se adequa ao caso.

5.2 PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.3 REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao lote pertinente, por meio da apresentação de um ou mais atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Os atestados/certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características:

a) Experiência mínima de 3 (três) anos, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.

a.1) A exigência de 3 (três) anos se justifica uma vez que a Administração Pública deve assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica e experiência operacional compatíveis com a complexidade dos serviços a serem executados de forma contínua. Adicionalmente, deve-se considerar que os serviços objeto da contratação estão diretamente vinculados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, instituído pela Lei nº 11.947/2009, que assegura a oferta regular de alimentação escolar aos estudantes da educação básica da rede pública. Nos termos da referida legislação, a alimentação escolar constitui política pública essencial de promoção da saúde, do desenvolvimento e da permanência dos estudantes na escola, sendo dever do poder público garantir sua oferta contínua e adequada.

A Constituição Federal de 1988 também estabelece, em seu art. 6º, a alimentação como direito social, cabendo ao Estado adotar medidas que assegurem sua efetivação. Dessa forma, eventual descontinuidade na execução dos serviços de alimentação escolar pode comprometer diretamente o atendimento desse direito fundamental, impactando a rotina escolar e o acesso dos estudantes a refeições adequadas durante o período letivo.

Nesse sentido, a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos mostra-se medida proporcional e razoável para mitigar riscos operacionais e garantir maior segurança na execução contratual, especialmente considerando que a prestação dos serviços envolve a organização diária da produção e distribuição de refeições em unidades escolares, atividade que demanda planejamento, logística, gestão de pessoal e capacidade de resposta a intercorrências, de modo a assegurar a continuidade da oferta da alimentação escolar. De mesmo modo, a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos permite à Administração aferir com maior segurança que a empresa licitante possui histórico operacional suficientemente consistente, demonstrando capacidade efetiva de gestão de contratos continuados de terceirização. Um período mais amplo de atuação no mercado evidencia maior estabilidade empresarial, maturidade administrativa e experiência na solução de situações operacionais recorrentes, contribuindo para reduzir riscos administrativos e contratuais, especialmente aqueles relacionados à descontinuidade dos serviços, inadimplemento trabalhista ou incapacidade de gestão de grandes contingentes de trabalhadores.

Dessa forma, o critério adotado busca resguardar o interesse público, garantindo maior confiabilidade na execução dos serviços e contribuindo para a manutenção regular da política pública de alimentação escolar.

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.2.1. Comprovação do Patrimônio Líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado para a contratação do respectivo lote.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 54.700/2023, visto que o agrupamento da demanda em uma única aquisição permite sua padronização e uniformização, ao tempo que possibilita obtenção de um maior ganho de escala.

6.2 ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR (A)

6.2.1. A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco é o órgão gerenciador deste Registro de Preços;

6.3 ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

6.3.1. A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco é o único órgão participante deste Registro de Preços;

6.4 PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1. Após a homologação do resultado da licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6 PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.6.1. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação por órgãos ou entidades não participantes.

6.6.2. A não previsão de adesão por órgãos não participantes se justifica devido ao quantitativo mostrar-se incompatível com o planejamento originalmente realizado, na medida em que os quantitativos registrados foram dimensionados exclusivamente para atender à demanda dos órgãos participantes, não havendo margem operacional suficiente para absorver contratações adicionais sem risco de comprometimento da execução contratual. Ademais, a ampliação da utilização da ata por meio de adesões externas pode acarretar desequilíbrio na relação contratual, seja pela sobrecarga da capacidade produtiva e logística do fornecedor registrado, seja pela potencial necessidade de renegociação de prazos e condições, circunstâncias que afrontariam o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e poderiam comprometer a vantajosidade originalmente aferida no certame.

6.7 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1. As obrigações do órgão OU entidade gerenciador(a) da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, por interesse das partes, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que envolve atividades que precisam ser realizadas de forma constante, regular e inafastável, qual seja o preparo e fornecimento de alimentação escolar para atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco.

7.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.2.1. O Detentor da Ata será convocado para a assinatura do contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1. As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.4 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1 Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:

7.4.2 Autorizar, a pedido da SUPAE, a participação de seus funcionários em reuniões e capacitações periódicas que abordem as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, teóricos e práticos, no mínimo, 2 (duas) vezes ao ano, atendendo às recomendações da RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 e RDC nº 06, de 08 de maio de 2020;

7.4.3 Garantir que seus funcionários participem das reuniões e capacitações previstas nos itens 3.2.1, “a”, “X”; e 3.2.1, “b”, “VI”;

7.5 PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1 As disposições sobre a garantia contratual serão previstas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.6 DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

7.6.1 Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

7.7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.7.1 As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

7.7.2 A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de comunicação eletrônica, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração na Superintendência do Programa de Alimentação Escolar, localizada na sede desta Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco, no seguinte endereço: Avenida Afonso Olindense, nº 1513, Bloco D, Bairro: Várzea, Recife/PE, CEP: 50.810-900, após atesto do Gerente da GRE da execução dos serviços.

7.7.4 A Gestão da presente contratação ficará a cargo da Gerente Técnica dos Contratos, conforme parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021.

7.7.5 A Fiscalização da presente contratação ficará a cargo do Gestor de cada unidade escolar correspondente, conforme parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021.

8 DOS CRITÉRIOS E PRAZOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. As disposições sobre os temas pagamento e medição serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de mão de obra terceirizada, anexo do Edital do presente certame.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do CONTRATO no prazo de 5 (cinco) dias úteis, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços.

8.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

8.4. Para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços prestados com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, serão considerados, para fins de medição, os seguintes critérios:

- (i) frequência e disponibilidade da mão de obra, com verificação da assiduidade, pontualidade, cumprimento da carga horária e reposição de ausências;
- (ii) execução das atividades atribuídas aos agentes de alimentação escolar, incluindo o pré-preparo, preparo e distribuição das refeições, bem como a higienização de utensílios, equipamentos e ambientes;
- (iii) observância das condições de higiene e segurança alimentar, abrangendo a higiene pessoal dos manipuladores, o uso adequado de equipamentos de proteção individual, cujo fornecimento e fiscalização de uso são de responsabilidade da CONTRATADA, e a limpeza dos ambientes, em conformidade com as diretrizes da ANVISA;
- (iv) qualidade do serviço prestado, considerando o cumprimento do cardápio, o adequado preparo e porcionamento dos alimentos e a manutenção de padrões mínimos de qualidade;
- (v) comportamento profissional e cordialidade dos agentes de alimentação escolar no atendimento aos usuários e na interação com a comunidade escolar, observando padrões adequados de conduta, respeito e urbanidade;
- (vi) pontualidade e regularidade na prestação do serviço, com observância dos horários estabelecidos e continuidade das atividades;
- (vii) atuação do supervisor de alimentação escolar, compreendendo a supervisão da equipe de agentes de alimentação escolar, o apoio à logística de distribuição, o monitoramento do cumprimento das normas

técnicas e sanitárias, bem como a atuação junto aos Núcleos de Alimentação Escolar vinculados às Gerências Regionais de Ensino.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3 SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

10. DAS DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

10.1. O responsável legal pela emissão do Relatório exigido no item 3 – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, especificamente no subitem 3.3.3, serão os Supervisores de Alimentação Escolar das contratadas, designados em cada Gerência Regional do Estado - GRE, sendo necessário atesto do fiscal da contratação, qual seja, o gestor de cada unidade escolar e posterior envio para o endereço eletrônico: coext@adm.educacao.pe.gov.br.

10.1.1. Insta informar que, na ausência do gestor da unidade escolar, ficará designado como responsável pela validação da documentação entregue pelo Supervisor da contratada, a Gestor da Gerência Regional de Educação, realizando o posterior envio para o endereço eletrônico: coext@adm.educacao.pe.gov.br.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Endereço da prestação dos serviços

Anexo B – Do Demonstrativo dos cálculos da contratação

Anexo C – Modelo de ordem de serviço

Anexo D - Modelo de relatório mensal de avaliação dos serviços executados

Anexo E – Modelo de Planilha de Preços e Formação de Custos

Anexo F - Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Recife, data de assinatura no SEI.

Paula Darling Conceição da Silva

Superintendente do Programa de Alimentação Escolar

Superintendência do Programa de Alimentação Escolar - SUPAE

Secretaria Executiva de Administração e Finanças - SEAF

Edital de Serviço (Atualizado em 04/06/2025), Minuta do Contrato de Serviço (Atualizada em 23/04/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2025).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
--------------------------	------------

ANEXO A
ENDEREÇO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Unidades Escolares da Rede de Ensino Estadual				
Governo do Estado de Pernambuco				
Nome da Escola Atendida	INEP	Localização	Endereço	Município de Funcionamento
ESCOLA CEL LUIZ IGNACIO PESSOA DE MELO	26087022	Rural	ALTO SANTA LUZIA, SN - ESCOLA DO CAMPO - ZONA RURAL - CEP: 55890000	Aliança
ESCOLA DOM BOSCO	26087030	Urbana	RUA JOAO HILARIO, 93 - CENTRO - CEP: 55890000	Aliança
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO JAIME COELHO	26087375	Urbana	AV JOAO TEOBALDO DE AZEVEDO, SN - VILA SAO LUIZ - CEP: 55845000	Buenos Aires
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL LAURINDO GOMES	26087529	Urbana	AV CARLOS GOMES PEREIRA, SN - CENTRO - CEP: 55845000	Buenos Aires
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO PEDRO TAVARES	26087715	Urbana	R AGAMENON MAGALHAES, 152 - CENTRO - CEP: 55930000	Camutanga
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO DEPUTADO JOAO TEOBALDO DE AZEVEDO	26087880	Urbana	RUA E, SN - VILA DA COHAB - SANTO ANTONIO - CEP: 55814190	Carpina
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO JOAO CAVALCANTI PETRIBU	26087910	Urbana	RUA AGOSTINHO BEZERRA, SN - CAJA - CEP: 55813350	Carpina
ESCOLA PAULA FRASSINETTI	26088037	Urbana	RUA JOSE NAZARIO COUTINHO, 100 - BAIRRO NOVO - CEP: 55819250	Carpina
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL LIONS CLUBE DE CARPINA	26088053	Urbana	RUA JOSE MACHADO FERREIRA, SN - SANTO	Carpina

			ANTONIO - CEP: 55816480	
ESCOLA SAO JOSE	26088134	Urbana	AV FRANCISCO MON- TENEGRO, 6 - SANTO ANTONIO - CEP: 55816420	Carpina
ESCOLA ALUÍSIO GERMANO	26088258	Urbana	VILA DA UFR-PE, 6 - CASAS 5 E 6 - BAIRRO NOVO - CEP: 55819820	Carpina
ESCOLA JULIO CORREIA DE OLIVEIRA	26088533	Urbana	RUA JOSE GAIAO, 232 - CENTRO - CEP: 55940000	Condado
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO EMILIANO PEREIRA BORGES	26088606	Urbana	RUA AGAMENON MA- GALHAES, 35 - CEN- TRO - CEP: 55880000	Ferreiros
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO DOUTOR JOAO ALFREDO	26088886	Urbana	PCA DUQUE DE CA- XIAS, 742 - CENTRO - CEP: 55900000	Goiana
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL ANDRE VIDAL DE NEGREIROS	26089190	Urbana	AV ANDRE VIDAL DE NEGREIROS, SN - PRE- DIO TERREO - CENTRO - CEP: 55900000	Goiana
ESCOLA CEL JOSE PINTO DE ABREU	26089238	Urbana	AV NUNES MACHADO, S/N - CENTRO - CEP: 55900000	Goiana
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO FREI CAMPO MAYOR	26089424	Urbana	RUA PROJETADA, 15 - MALVINAS - CENTRO - CEP: 55900000	Goiana
ESCOLA ARRUDA CAMARA	26089530	Urbana	PRACA MARIA JOSE SA DE ANDRADE, 25 - CENTRO - CEP: 55920000	Itambé
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL JOSE ANTONIO BEZERRA DE MENEZES	26089718	Urbana	RUA SAO PEDRO, 266 - CENTRO - CEP: 55920000	Itambé
ESCOLA SEVERINO GOUVEIA DE LIMA	26089947	Urbana	AV ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA, 36 - CENTRO - CEP: 55950000	Itaquitinga
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR PAULO FREIRE - ITAQUITINGA	26191270	Rural	FAZENDA ENGENHO ITAPIREMA DO MEIO, S/N -	Itaquitinga

			ZONA RURAL - CEP: 55950000	
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO DOUTOR FRANCISCO SIQUEIRA C DA CUNHA	26090058	Urbana	RUA JORNALISTA ED- SON REGIS, SN - MU- TIRAO - CEP: 55820000	Lagoa do Carro
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO CREUSA DE FREITAS CAVALCANTI	26090406	Urbana	AVENIDA JOAO FRAN- CISCO, 301 - CEN- TRO - CEP: 55865000	Macaparana
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL ANTONIO COUTINHO	26090767	Urbana	RUA DR MANOEL COUTINHO, SN - PO- VOADO PIRAUA - DISTRITO DE PIRAUA - CEP: 55865000	Macaparana
ESCOLA CAPITAO PLINIO DE SOUZA MONTEIRO	26090856	Urbana	RUA JOAO ANTONIO PESSOA GUERRA, SN - JUA - CEP: 55800000	Nazaré da Mata
ESCOLA DOM CARLOS COELHO - NA- ZARE	26090864	Urbana	RUA BARAO DE TA- MANDARE, SN - CEN- TRO - CEP: 55800000	Nazaré da Mata
ESCOLA DOM RICARDO VILELA	26090899	Urbana	RUA ODILON ESTEVAO DA PAZ, SN - SERTAOZINHO - CEP: 55800000	Nazaré da Mata
ESCOLA DE APLICACAO PROFES- SOR CHAVES	26090970	Urbana	RUA PROF AMERICO BRANDAO, 43 - CEN- TRO - CEP: 55800000	Nazaré da Mata
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO MONSENHOR LANDELINO BARRETO LINS	26091291	Urbana	RUA 4, 10 - VILA ASA BRANCA - SANTA TE- RESA - CEP: 55825000	Paudalho
ESCOLA JOAO CAVALCANTI PETRIBU	26091542	Urbana	TRAVESSA DOIS IR- MAOS A, 68 - ALTO DO CRUZEIRO - CEP: 55825000	Paudalho
ESCOLA JOSE ANTONIO FAGUNDES	26169975	Rural	RUA PILOTO AYRTON SENNA, SN - CHA DE CRUZ - CEP: 55825000	Paudalho
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO CORONEL JOAO FRANCISCO	26071606	Urbana	RUA ALCEDO MARRO- COS, S/N - CENTRO - CEP:	São Vicente Férrer

			55860000	
ESCOLA PROFESSOR JOAO BARBOSA DE ALMEIDA	26071673	Urbana	RUA JOAO DE ARAUJO, SN - CENTRO - CEP: 55860000	São Vicente Férrer
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL CLOVIS SALGADO	26091658	Urbana	RUA PROF DIONIZIO DIAS DE OLIVEIRA, S/N - JARDIM GUARANI - CEP: 55870000	Timbaúba
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL ANA EUFRASIA CABRAL DE MOURA	26091879	Urbana	AV DR FERREIRA LIMA, SN - CENTRO - CEP: 55870000	Timbaúba
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL AGAMENON MAGALHAES	26092298	Urbana	RUA JOAQUIM PEREIRA BORBA, S/N - CENTRO - CEP: 55805000	Tracunhaém
ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO DOUTOR JOAQUIM CORREIA	26092492	Urbana	AVENIDA ESTEFANIA CARNEIRO DA CUNHA, S/N - CENTRO - CEP: 55850000	Vicência
Escola de Referência em Ensino Fundamental Brigadeiro Eduardo Gomes	26090759	Urbana	AVENIDA JOÃO FRANCISCO - 301	Macaparana
Escola de Referência em Ensino Fundamental Mariana Ferreira Lima	26091771	Urbana	Rua Arnobio Henrique Paz - S/N	Timbaúba
Escola Professora Elisabeth Lyra*	26091836	Urbana	Rua Doutor João Veiga - 48	Timbaúba

ANEXO B
DO DEMONSTRATIVO DOS CÁLCULOS DA CONTRATAÇÃO

Quadro Resumo do Quantitativo e Distribuição do Objeto

POSTOS	QUANTITATIVO
AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	181
SUPERVISOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1
INFORMAÇÕES ADICIONAIS:	
Horário de funcionamento do(a) órgão/unidade: Horário de funcionamento do posto (entrada, intervalo/descanso e saída; período): 6h às 16h, ou 7h às 17h, ou 8h às 18h, ou 11h às 21h, ou 12 às 22h, com 1h12 de descanso/almoço.	

Quadro Resumo dos Valores Estimados

LOTE ÚNICO - REGIONAL MATA NORTE						
AMPLA CONCORRÊNCIA						
POSTOS	CÓDIGO FISCO	CATSER	QUANTITATIVO (1)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL DE REFERÊNCIA	PREÇO UNITÁRIO ANUAL DE REFERÊNCIA (2)	TOTAL DO ITEM (3)=(1) X (2)
PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA TIPO AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM JORNADA DE TRABALHO DE 44 HORAS SEMANAIS,	573784-2	19399	181	R\$ 4.530,16	R\$ 54.361,92	R\$ 9.839.507,52

SEGUNTA A SEXTA						
PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA TIPO SUPERVISOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM JORNADA DE TRABALHO DE 44 HORAS SEMANAIS, SEGUNTA A SEXTA	573785-0	25623	1	R\$ 5.568,59	R\$ 66.823,08	R\$ 66.823,08
PREÇO GLOBAL PARA 12 (DOZE) MESES R\$ 9.906.330,60						

Recife, _____ de _____ de 202____.

Assinatura do servidor responsável
Matrícula
Cargo

ANEXO C

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO
(PAPEL TIMBRADO DA CONTRATANTE)

LOTE/ITEM

	____ / 20 ____			
CONTRATO Nº:	____ / 20 ____ (PROCESSO LICITATÓRIO: _____)			
PERÍODO DE VIGÊNCIA	De ____ / ____ / 20____ a ____ / ____ / 20____			
INÍCIO DA EXECUÇÃO	____ / ____ / 20____			
PRAZO PARA EXECUÇÃO	Informar o prazo e o item do contrato o qual se refere			
CONTRATANTE:	Informar o setor e o órgão/entidade responsável			
CONTRATADA:				
OBJETO:				
ITEM/LOTE	CÓDIGO E-FI	ATIVIDADES/POSTO	QUANT.	
1		Informar as atividades e/ou referenciar os itens do TR os quais se re		
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
	TOTAL			

Recife, de de 20
Nome/Cargo/Matrícula do responsável do órgão/entidade
Representante legal da empresa

ANEXO D

MODELO DE RELATÓRIO MENSAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

ESTE MODELO DEVE SER ADAPTADO CONFORME INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE RESULTADO PREVISTO NO ITEM 8 DO TERMO DE REFERÊNCIA. OUTROS MODELOS DE FORMULÁRIO PODEM SER ENCONTRADOS NOS ESTUDOS TÉCNICOS ELABORADOS PELA SAD-PE

ÓRGÃO/ENTIDADE:		MÊS DE REF.:	DATA:
UNIDADE:			
CONTRATO Nº:	____ / 20 ____ (PROCESSO LICITATÓRIO: _____)		
PERÍODO DE VIGÊNCIA	De ____ / ____ / 20____ a ____ / ____ / 20____		
INÍCIO DA EXECUÇÃO	____ / ____ / 20____		

VERIFICAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE POSTOS SEM EFETIVA OPERAÇÃO

DATA	DESCRIÇÃO DO POSTO	QUANTITATIVO DE POSTO VISTO NA CONTRATAÇÃO	QUANTITATIVO DE POSTOS SEM ONAMENTO, POR DIA

O quadro de indicadores deve ser incluído, conforme exemplo abaixo, quando houver a previsão de instrumentos de avaliação de resultados. Este deve ser construído por cada órgão/entidade para atender a contratação no caso concreto:

INCLUIR QUADRO DE INDICADORES

REGISTRO DAS ATIVIDADES VERIFICADAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COM AS RESPECTIVAS PONTUAÇÕES

ATIVIDADE EXECUTADA	REPRESENTATIVIDADE NO ÍNDICE	DATA	PONTUAÇÃO	DETALHAMENTO / JUSTIFICATIVA

TOTAL DE PONTOS POSSÍVEIS				
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS				

VALOR MENSAL TOTAL	R\$
VALOR A SER DESCONTADO POR ATIVIDADES NÃO EXECUTADAS/POSTOS SEM OPERAÇÃO	R\$
VALOR MENSAL DE REFERÊNCIA APÓS DESCONTOS DAS ATIVIDADES NÃO EXECUTADAS/ POSTOS SEM OPERAÇÃO	R\$
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS NO MÊS	
PERCENTUAL A SER APLICADO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	
VALOR A SER PAGO	R\$

CONSIDERAÇÕES - GESTOR DO CONTRATO

JUSTIFICATIVA/PRAZO PARA EXECUÇÃO OU CORREÇÃO DOS SERVIÇOS - CONTRATADA

Assinatura (Fiscal do Contrato)
Nome/Cargo/matricúla
Data: __/__/__

Assinatura (Gestor do Contrato)
Nome/Cargo/ matricúla
Data: __/__/__

Assinatura (Representante da Contratada)

Nome/Cargo

Data: __/__/__

local, ____ de ____ de 20__.

Responsável do órgão/entidade

A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado deve ser elaborada, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:

a) estabelecer a unidade de medida adequada para o tipo de serviço a ser contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de

remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, observando que:

a.1) excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob demanda, bem como para manutenção preventiva, se for o caso;

a.2) na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

b) estabelecer a produtividade de referência ou os critérios de adequação do serviço à qualidade esperada, de acordo com a unidade de medida adotada para a execução do objeto, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço ou por outros mecanismos capazes de aferir a qualidade;

c) identificar os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços, com base nas seguintes diretrizes:

c.1) considerar as atividades mais relevantes ou críticas que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados;

c.2) prever fatores que estejam fora do controle do prestador e que possam interferir no atendimento das metas;

c.3) os indicadores deverão ser objetivamente mensuráveis e compreensíveis, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço;

c.4) evitar indicadores complexos ou sobrepostos.

d) descrever detalhadamente, de acordo com o previsto no item “c” acima, os indicadores mínimos de desempenho esperados, em relação à natureza do serviço, com a finalidade de adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente obtidos, devendo conter, dentre outros requisitos:

d.1) indicadores e metas estipulados de forma sistemática, de modo que possam contribuir cumulativamente para o resultado global do serviço e não interfiram negativamente uns nos outros;

d.2) indicadores que reflitam fatores que estão sob controle do prestador do serviço;

d.3) metas realistas e definidas com base em uma comparação apropriada;

d.4) previsão de nível de desconformidade dos serviços que, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

d.5) registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada, se for o caso;

d.6) previsão de que os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no ato convocatório, observando-se o seguinte:

1. as adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará ao redimensionamento no pagamento e às sanções legais, se for o caso;

2. na determinação da faixa de tolerância de que trata a alínea anterior, considerar-se-á a importância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas relevantes ou críticas; e

3. o não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão ou entidade, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

e) O Instrumento de Medição do Resultado (IMR) ou seu substituto, quando utilizado, deve ocorrer, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuadas;

A tabela apresentada abaixo é apenas um exemplo de como podem ser construídos os critérios de avaliação de resultado para realização de eventuais glosas/descontos de pagamento a serem realizados em caso de entregas mensais desconformes aos que foram pactuados no Termo de Referência. É importante frisar que, se utilizada, a tabela deve ser preenchida de forma a refletir às atividades a serem desempenhadas no caso concreto.

Outros exemplos de instrumentos para avaliação de resultado são encontrados nos Estudos Técnicos elaborados pela SAD-PE.

Frise-se ainda que outros modelos e formas de avaliação do resultado são possíveis e devem ser desenvolvidos a fim de atender ao máximo a necessidade específica de cada contratação.

		PONTUAÇÃO		
ATIVIDADE A SER EXECUTADA DURANTE O MÊS	REPRESENTATIVIDADE NO PAGAMENTO/PERCENTUAL CORRESPONDENTE A ATIVIDADE NO VALOR TOTAL MENSAL A SER PAGO	NÃO ATENDE (0 PONTO POR INCIDÊNCIA)	ATENDE PARCIALMENTE (1 PONTO POR INCIDÊNCIA)	ATENDE TOTALMENTE (2 PONTOS POR INCIDÊNCIA)
Inserir neste campo as atividades a serem executadas	Aqui devem ser incluídas as porcentagens de representatividade da atividade no valor a ser pago Ex.: 10% da parcela mensal	Descrever o que será considerado como atividade não cumprida	Descrever o que será considerado como atividade parcialmente cumprida	Descrever o que será considerado como atividade cumprida totalmente

pelos terceirizados	É importante frisar que o somatório dos percentuais de todas as atividades a serem desenvolvidas no mês deve totalizar sempre 100% da parcela que deve ser paga no mês			

As atividades que receberam pontuação zero (não atende) devem ser descontadas integralmente do valor mensal a ser pago na proporção correspondente a sua representatividade (percentual expresso na coluna 2 da tabela acima).

Ex.: se a tabela apresentar 4 atividades cada uma com representatividade de 25%, se a empresa deixar de realizar 1 atividade, terá o desconto de 25% da parcela mensal, sem prejuízo de eventual penalidade que possa estar prevista no tópico de sanções deste TR.

Descontadas as parcelas não executadas, o total a ser pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA será o resultado da pontuação total obtida do somatório das pontuações individuais das atividades parcialmente e totalmente realizadas pela empresa durante o mês, conforme especificação abaixo:

- De XX a XX pontos – 100% (cem por cento) do valor mensal com desconto da(s) parcela(s) correspondente(s) à(s) atividade(s) não executada(s)
 - De XX a XX pontos – 90% (noventa por cento) do valor mensal com desconto da(s) parcela(s) correspondente(s) à(s) atividade(s) não executada(s)
 - De XX a XX pontos – 80% (oitenta por cento) do valor mensal com desconto da(s) parcela(s) correspondente(s) à(s) atividade(s) não executada(s)
- ... (devem ser determinadas tantas faixas quanto forem necessárias ao caso concreto. Sugerimos que a última faixa deve corresponder ao limite mínimo para que a empresa passe de “descontos/glosa” para “penalidade”).

ANEXO E – MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS E FORMAÇÃO DE CUSTOS



ENCAMINHAMENTO Nº 004/2026 - NUPRE/GEPAC

De: Henrique Rangel Falcão - Núcleo de Planilhas Referenciais

Para: Solange Nazaré - AC 30

Assunto: Planilhas de Custo e Formação de Preços

Órgão Demandante: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

Objeto: Agente de alimentação escolar e supervisor de alimentação escolar

Processo SEI nº: 1400005733.000024/2025-51

Assunto: Elaboração de Planilhas de Composição de Custos e Demonstração de Compatibilidade com o Mercado.

O presente Encaminhamento emerge da solicitação do Agente de Contratação AC - 30, Solange Nazaré, da Central de Licitações da Secretaria de Administração, através do Despacho 33 (80761852), assinado eletronicamente em 02/02/2026, e o Despacho 47 (81965297), assinado eletronicamente em 25/02/2026, a fim de que esta GEPAC elabore planilhas referenciais para futuro processo licitatório, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação.

A equipe da Fase Preparatória da Secretaria de Administração, foi designada através das Portarias nº 2.826 e nº 985, da Secretaria de Administração, publicadas no Diário Oficial do Estado em 16 de julho de 2025 e em 20 de março de 2025, respectivamente (81991000).

Após análise do documento de solicitação de elaboração de planilhas (80519912) e Despacho 47 (81965297), considerando o disposto no Decreto Estadual nº 54.526/2023, na Lei Estadual nº 17.555/2021 e na Portaria SAD nº 4.899/2025, encaminho planilhas de custo e formação de preços contendo os valores referenciais - Anexo I, com vistas à formalização de processo licitatório pela Central de Licitações do Estado.

Cabe registrar que os cálculos das planilhas foram realizados levando-se em consideração o documento de solicitação supracitado, não sendo objeto de análise ou juízo de valor qualquer outro documento constante nos autos do processo em tela, por não fazer parte da competência desta GEPAC.

Registramos ainda que o termo de referência não foi analisado por esta Gerência, sendo de sua competência apenas a elaboração da planilha referencial, levando-se em consideração as informações adstritas constantes apenas na solicitação de planilhas referenciais encaminhadas pelo Agente de Contratação.

Sendo assim, ressaltamos que a competência para análise do Termo de Referência é do Agente de Contratação, nos termos do Decreto Estadual nº 51.651, de 27 de outubro de 2021.

A solicitação da elaboração das planilhas referenciais (80519912), encaminhada pelo Agente de Contratação (AC 30), Solange Nazaré, estabelece a Convenção Coletiva a ser adotada, conforme segue:

Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados de Pernambuco.

É cediço que a Administração pública, na fase preparatória da licitação cujo objeto é a prestação de serviços de mão de obra com dedicação exclusiva, deve elaborar a planilha referencial do preço máximo admissível para a contratação, baseando-se em convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto.

Contudo, deve-se fazer constar no edital da licitação expressamente que cada licitante deverá preencher a planilha de acordo com a sua realidade, deixando evidente a possibilidade da

participação de empresas legalmente capacitadas a oferecer a prestação objeto do certame, mesmo adotando Convenção Coletiva diversa, uma vez que o enquadramento sindical das empresas é definido pela atividade econômica preponderante do empregador, e não pela atividade desenvolvida pelo empregado.

Neste sentido a Procuradoria Geral do Estado, através do Boletim Informativo nº 03/2024, Item 3, estabeleceu as diretrizes e limites do orçamento estimativo para licitações de mão de obra e a responsabilidade pela indicação da Norma Coletiva, que destacamos a seguir:

3. Em contratações de terceirização de mão de obra, a responsabilidade pela indicação da norma coletiva incidente é da empresa

Conforme dispõe o art. 511, da CLT, o enquadramento sindical dos empregados é pautado pelo critério da atividade econômica preponderante do empregador, independentemente da profissão ou função exercida, salvo quando se tratar de categoria profissional diferenciada.

Ao lado do critério da atividade econômica, a territorialidade também delimita a representação sindical, de modo que o local da prestação do serviço constituirá outro critério importante para identificação da representação sindical específica dos trabalhadores de uma determinada empresa, conforme dispõe o art. 516 da CLT.

Assim, regra geral, a identificação da norma coletiva de trabalho que incide sobre determinada relação de emprego deve ser aquela celebrada pelo sindicato patronal relativo à atividade preponderante da empresa no local em que ocorrerá a prestação dos serviços, e não de acordo com a atividade desenvolvida pelo empregado de forma específica.

Em um contrato de terceirização de mão de obra, a empregadora é a empresa contratada, e não o tomador dos serviços, de modo que a atividade que precisa ser considerada para a avaliação da norma coletiva incidente sobre a relação é a predominantemente exercida pela empresa contratada, e não a que será exercida pelos profissionais na prestação dos serviços.

Assim, quando a Administração Pública, na condição de tomadora dos serviços de terceirização de mão-de-obra, lança edital de licitação para tal fim, não pode impor a norma coletiva de trabalho que deverá ser observada pela empresa a ser contratada. Cabe ao ato convocatório informar quais convenções coletivas foram utilizadas para fins de formação do orçamento estimado, devendo as licitantes apresentarem suas propostas de acordo com as normas coletivas a que se vinculam, indicando-as de forma expressa e responsabilizando-se por eventual erro de enquadramento.

(Precedentes: Parecer nº 96/2024, Parecer 39/2017 e Encaminhamento nº 179/2020)

Importante ainda destacar a possibilidade de previsão expressa no Edital de fixação de piso remuneratório com base na Convenção Coletiva paradigma, conforme estabelece o Boletim PGE nº 10/2024:

2. Possibilidade de fixação de piso remuneratório com base em CCT paradigma nas licitações para contratação de mão de obra terceirizada.

Conforme entendimento exposto no Boletim Informativo nº 03/2024, é de responsabilidade das empresas participantes de licitação para terceirização de mão-de-obra apresentarem suas propostas de acordo com as normas coletivas a que se vinculam, indicando-as de forma expressa e responsabilizando-se por eventual erro de enquadramento.

Não é dado à Administração Pública, na condição de tomadora dos serviços de terceirização de mão-de-obra, impor, no edital, a norma coletiva de trabalho que deverá ser observada pela empresa a ser contratada.

Por outro lado, com o intuito de evitar a precarização da mão-de-obra terceirizada, o aviltamento dos seus salários e a quebra da isonomia em favor de empresas vinculadas a normas coletivas mais desfavoráveis aos trabalhadores, é possível que seja previsto no edital que somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, além de, a critérios da Administração e mediante justificativa, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho terceirizado, estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma utilizada na formação do orçamento estimado, considerando a categoria profissional que executará os serviços terceirizados e a base territorial onde serão prestados os serviços.

Referida hipótese difere da situação abordada no Boletim Informativo nº 08/2024, que tratou da possibilidade de fixação de piso salarial acima do patamar estabelecido em norma(s) coletiva(s) de trabalho aplicáveis à prestação dos serviços que a Administração Pública pretende terceirizar, posto que ali a finalidade é estabelecer distinção salarial em razão das qualificações dos trabalhadores e da natureza das atividades desenvolvidas.

Na imposição de respeito ao valor da remuneração e dos benefícios trabalhista e sociais essenciais fixados em norma coletiva adotada pela Administração como limite inferior (piso) da proposta, busca-se preservar a dignidade da mão-de-obra terceirizada e evitar qualquer condenação subsidiária em demanda trabalhista em razão de eventual adoção de CCT inadequada.

(Fonte: Acórdão TCU 1207/2024 – Plenário)

Diante os esclarecimentos supracitados passamos à apresentação dos valores referenciais das planilhas:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL DE REFERÊNCIA
Agente de alimentação Escolar - Para os municípios de Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Condado, Ferreiros, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Carro, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, São Vicente Férrer, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência	R\$ 4.530,16
Supervisor de alimentação Escolar - Nazaré da Mata	R\$ 5.568,59

Metodologia de elaboração das planilhas de custos e formação de preços:

As planilhas elaboradas são referenciais, servindo como parâmetro para o processo licitatório, e foram elaboradas contemplando, separadamente, os montantes "A" e "B".

Fazem parte do montante "A" os custos relativos à remuneração de mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e, do montante "B", os custos relativos aos insumos e demais itens que compõem a respectiva planilha de custos.

A planilha é elaborada com base no piso salarial mínimo nacional, e no piso salarial normativo, pertinente à categoria, conforme estipulado na convenção coletiva de trabalho indicada pelo setor demandante. No entanto, nos casos em que haja necessidade de utilização de salário superior ao piso da convenção coletiva de trabalho que represente a categoria profissional a ser contratada, o órgão solicitante deverá obter cotações de preços, sendo de sua responsabilidade verificar a compatibilidade desses valores junto ao mercado. Nesses casos, é utilizada a média dos salários constantes nas planilhas enviadas pelas empresas pesquisadas, sendo os encargos e demais itens definidos por esta Gerência de Padronização e Acompanhamento das Contratações Públicas.

Em relação ao montante "A", importante mencionar que o mesmo é subdividido nos seguintes grupos:

- Grupo A – Obrigações Sociais;
- Grupo B – Custo de Reposição do Profissional Ausente
- Grupo C – Gratificações
- Grupo D – Indenizações
- Grupo E – Licença Maternidade
- Grupo F – Incidência do Grupo A

Dessa forma, verifica-se que somente parte dos encargos sociais previstos no montante "A" das planilhas possuem percentuais estabelecidos em lei, sendo que os demais se constituem em provisões de valores para garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas, caso seus fatos geradores venham a se realizar. A ocorrência de certas situações que gerarão o pagamento de direito trabalhista é por vezes incerta e variável, devendo a empresa se utilizar de bases históricas próprias e análises estatísticas para aprovisionar valores suficientes para garantir a perfeita execução contratual.

Na elaboração da planilha referencial, utiliza-se, para a definição dos percentuais das obrigações sociais (Grupo A do Montante "A"), a legislação acerca da matéria, conforme detalhamento abaixo:

GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	PERCENTUAL	LEGISLAÇÃO
A1 - Previdência Social	20,00%	Art. 22, I da Lei nº 8.212/1991.
A2 - FGTS	8,00%	Art. 15 da Lei nº 8.036/1990.
A3 - Salário Educação	2,50%	Art. 15 da Lei nº 9.424/1996; Art. 1º § 1º do Decreto nº 6.003/2006; Art. 212, §5º da CF.
A4 - SESC	1,50%	Art. 30 da Lei nº 8.036/1990; Decreto Lei nº 2.318/1986.
A5 - SENAC	1,00%	Art. 4º do Decreto Lei nº 8.621/1946; Decreto Lei nº 2.318/1986.
A6 - INCRA	0,20%	Decreto Lei nº 1.146/70.

A7 -	RAT Reajustado (RAT X FAP)*	3,0%	Art. 22, II da Lei nº 8.212/1991; Decreto nº 6.402/2007; Decreto nº 6.957/2009; Anexo da Resolução MPS/CNPS nº 1.316/2010; Art. 10 da Lei nº 10.666/2003; IN RFB nº 2.110/2022.
A8 -	SEBRAE	0,60%	Art. 8º da Lei nº 8.029/1990; Anexo I da IN 1.027/2010 da Receita Federal do Brasil.
TOTAL DO GRUPO A		36,80%	

*O RAT Reajustado, que é composto pelo RAT (1%, 2% ou 3%) – Riscos Ambientais do Trabalho, que mede o risco da atividade econômica, sendo graduado de acordo com a atividade preponderante da empresa – multiplicado pelo FAP (0,5 a 2) – Fator Acidentário de Prevenção, que afere o desempenho da empresa dentro da respectiva atividade econômica.

Para determinação do RAT Reajustado foi considerado um RAT máximo de 3,0% e um FAP intermediário de 1,0, seguindo ainda orientação do Tribunal de Contas do Estado - TCE-PE, conforme Acórdão TCE-PE nº 1045/2025.

Para a determinação dos percentuais relativos às provisões trabalhistas, os valores apresentados nas planilhas levam em consideração para a composição e o cálculo dos referidos itens os dados médios, constantes na RAIS 2024 para o Estado de Pernambuco, das empresas que atuam nos ramos de atividades em análise, além da legislação específica e complementar referente aos serviços, trabalhista, previdenciária, tributária/fiscal e convenção coletiva da categoria profissional.

Importante ressaltar que a atualização desses percentuais é realizada uma vez por ano, através de estudos, levando em consideração as alterações do mercado, tendo por base a classificação nacional de atividade econômica das empresas, e as normas trabalhistas.

Em relação ao montante “B”, a planilha é constituída pelo item vale-transporte, nos termos da Lei nº 7.418/1985, bem como os benefícios previstos em Convenção Coletiva e, quando necessário à prestação dos serviços, os Uniformes/EPs/Equipamentos, consoante estipulado no pedido de solicitação de elaboração da planilha.

Entretanto, em relação à cláusula da CCT referente ao custo do aprendiz, adotou-se orientação da PGE contida no Parecer Jurídico nº 423/2024, o qual conclui sobre a inaplicabilidade do referido custo à Administração Pública, enquanto não regulamentada Lei Estadual sobre o tema. Sendo assim o Custo do aprendiz foi desconsiderado para efeitos de elaboração das planilhas de custo e formação de preços.

Além do posicionamento da Procuradoria Geral do Estado já citados, trazemos o importante esclarecimento da Douta Procuradoria, emitido através do Boletim Informativo nº 03/2024:

2. Papel fiscalizador da Administração contratante em relação à política pública de jovens aprendizes

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho exige que as empresas contratem e matriculem nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem jovens aprendizes em quantidade equivalente a 5% a 15% dos seus trabalhadores cujas funções demandem formação profissional.

Nos contratos públicos de terceirização de mão de obra, referida obrigação vincula a empresa contratada, e não o órgão ou entidade pública contratante de modo que não existe fundamento legal para a exigência de garantia de percentuais mínimos de aprendizes na execução de tais contratos, tampouco a inclusão como despesa indireta dos custos da empresa com a contratação dos referidos jovens.

De acordo com o art. 58, parágrafo único, do Decreto Federal nº 9.579/2018, a contratação do aprendiz por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional deve observar regulamento específico, que ainda não foi editado.

A nova lei de licitações e contratações públicas (Lei Federal nº 14.133/21), imbuída do papel indutor de boas práticas concorrenciais e sociais no meio produtivo, apenas atribuiu à Administração contratante o papel fiscalizador, prevendo que haja, dentre as cláusulas necessárias em todo contrato administrativo, “a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz” (. 92, XVII).

O art. 116, que disciplina a fase de execução contratual, prevê a obrigatoriedade de cumprimento da reserva de cargos para menores aprendizes ao logo de toda a execução do contrato, cabendo ao contratado fazer a comprovação desse mister, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas, sempre que a Administração, por intermédio do fiscal do contrato, assim solicitar.

Já o art. 137, ao prever os motivos que levam à extinção do contrato, elencou no inciso IX o descumprimento, pelo contratado, “das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz”.

Referidas regras apenas expressam a função social que as licitações e contratações públicas

desempenham na catalização e proteção de políticas públicas afirmativas, estando todas elas contempladas nas minutas de edital e de contrato padronizadas pela Procuradoria Geral do Estado.

No que tange à política de menores aprendizes, portanto, a Lei 14.133/2021 não impõe à Administração contratante qualquer outro papel, se não o de aliado na fiscalização da implementação desse direito por parte das empresas que com ela contratam, mostrando-se ilegal qualquer pretensão das empresas de transferir o mister de contratação desses jovens para os órgãos e entidades contratantes de serviços de terceirização de mão de obra.

Diante do entendimento da Procuradoria Geral do Estado, recomendamos que seja citado no Edital ou Termo de Referência, a impossibilidade de inclusão do custo aprendiz nas planilhas dos proponentes, a fim de minimizar futuras impugnações ou pedidos de esclarecimentos quanto ao tema em tela.

Para os valores dos Uniformes/EPIs, esta Gerência de Padronização e Acompanhamento das Contratações Públicas realizou as cotações (82105884) desses itens junto ao mercado, através de consultas a sítios eletrônicos. As informações acerca da quantidade e da vida útil dos uniformes, equipamentos e EPI são prestadas pelos órgãos demandantes. Os preços dos insumos considerados nas planilhas referenciais são compatíveis com os preços praticados no mercado e todos os demais valores utilizados foram obtidos a partir de metodologia que reflete a realidade dos serviços, sendo utilizada a média ou mediana dos preços pesquisados (o menor entre eles), e também em conformidade com o estabelecido pela Portaria SAD nº 2.679/2021, alterada pela Portaria SAD nº 2.291/2025. Nos casos em que não foram encontrados preços correspondentes às fontes prioritárias definidas pela portaria dentro dos parâmetros estabelecidos na mesma, foi utilizada a pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Inciso IV do Art. 5º da referida portaria).

Assim, informa esta Gerência de Padronização e Acompanhamento das Contratações Públicas que os preços dos insumos considerados nas planilhas referenciais são compatíveis com os preços praticados no mercado e que todos os demais valores utilizados foram obtidos a partir de metodologia que reflete a realidade dos serviços.

As planilhas de composição custos e formação de preços elaboradas pela GEPAC consideram a tributação pelo lucro presumido, conforme estabelecido no Acórdão TCE-PE nº 1045/2025, o qual destacamos:

b). Adotar as alíquotas de PIS e COFINS na condição de recolhimento cumulativo (0,65% e 3%) na composição do orçamento de referência das futuras licitações de terceirização de mão de obra, conforme a recomendação do Parecer nº 176/2025 da PGE, garantindo a isonomia e a competitividade entre licitantes de diferentes regimes tributários;

Assim, caso a empresa licitante seja optante de outro regime de tributação, deverá observar os percentuais correspondentes de PIS e COFINS a serem aplicados, bem como as demais repercussões tributárias, nos termos do Decreto nº 49.103, de 15 de junho de 2020, e demais legislações específicas.

No Parecer nº 176/2025, que dirimiu dúvidas acerca do tema, a PGE assim se manifestou:

(...)

15. Sob um prisma estritamente jurídico, não haveria, portanto, impedimento legal em se optar por compor o orçamento estimativo do certame licitatório com base nas alíquotas de PIS e COFINS sob o regime da cumulatividade, como indica a auditoria especial do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

16. Naturalmente, essas referências de tributação não poderiam ser tidas como máximas aos licitantes. Esses teriam a liberdade para estruturar suas respectivas propostas financeiras, capazes de refletir seu efetivo custo tributário, como, inclusive, já vem ocorrendo nas licitações processadas pela Administração Pública Estadual.

17. Nesse sentido, a dinâmica seria:

a) na hora de estruturar o orçamento estimado, a Administração Pública consideraria as alíquotas de PIS e COFINS na condição de recolhimento cumulativo;

b) na hora de apresentar sua proposta financeira, o licitante teria liberdade para montá-la de sorte a contemplar suas especificidades tributária, inclusive com alíquota efetiva superior àquela estimada pela Administração;

c) eventual custo tributário acima do estimado não determinaria, por si só, a desclassificação do licitante, desde que respeitado o limite global do ajuste e os limites unitários, se o edital assim dispuser.

18. Tanto é assim que o próprio relatório de auditoria indica na sua parte final:

“Não há que se falar de restrição à competitividade. A composição do preço estimado deve considerar a alíquota de risco mais adequada à natureza da atividade econômica licitada. Os licitantes, por sua vez, caso tenham alíquotas de PIS e COFINS mais elevadas do que aquelas que a maioria das empresas praticam, poderão reduzir suas margens de lucro para alcançar preços competitivos;”

19. Dessa passagem final é possível extrair a ideia de que os licitantes podem compor suas propostas de acordo com sua realidade tributária: quanto mais ineficiente for a empresa sob o prisma tributário, menos margem de lucro terá na sua operação.

...

Dessa forma, a empresa, no processo licitatório, deverá apresentar a sua planilha, a partir da análise real dos seus custos, provisionando os percentuais os quais entendam adequados para a prestação do serviço.

Ressalte-se, por fim, que as planilhas apresentadas são meramente referenciais, não podendo a Administração obrigar a utilização de qualquer instrumento coletivo para a apresentação das propostas das empresa licitantes. Cabe ao ato convocatório informar quais convenções coletivas foram utilizadas para fins de formação do orçamento estimado, devendo as licitantes apresentarem suas propostas de acordo com às normas coletivas a que se vinculam, indicando-as de forma expressa e responsabilizando-se por eventual erro de enquadramento.

ANEXO I - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
POSTO DE 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO (Segunda a Sexta Feira)			
I - INFORMAÇÕES GERAIS:			
A planilha foi elaborada com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada no MTE em 20/01/2026, sob o número PE000054/2026, com vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026, firmada entre o SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA, LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL, CNPJ n. 04.072.540/0001-31 e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBL, CNPJ n. 24.163.511/0001-92.			
Salário base pela CCT de 1.749,64 (um mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)			
Não foi considerado valor para o vale transporte, tendo em vista a ausência de transporte regular municipal.			
Coberturas Sociais de R\$ 83,93 (oitenta e três reais e noventa e três centavos) por empregado terceirizado.			
Vale refeição no valor unitário de R\$ 16,00 (dezesseis reais) por dia efetivamente trabalhado, descontados 20% referente ao PAT.			
Cesta básica no valor mensal de R\$ 151,70 (cento e cinquenta e um, reais e setenta centavos) aos empregados que recebem valores inferiores a R\$ 1.868,28 (um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos), descontados 20% referente ao PAT.			
Cada licitante deverá preencher a planilha de acordo com a sua realidade.			
II - MÃO-DE-OBRA (salário base para o cálculo)			VALOR (R\$)
01 - Salário			1.749,64
VALOR DA REMUNERAÇÃO			1.749,64
MONTANTE A			
III - ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES DOS ENCARGOS TRABALHISTAS (incidentes sobre o valor da remuneração)			
GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS		PERCENTUAL	VALOR (R\$)
A1 - Previdência Social		20,00%	349,93
A2 - FGTS		8,00%	139,97
A3 - Salário Educação		2,50%	43,74
A4 - SESC		1,50%	26,24
A5 - SENAC		1,00%	17,50
A6 - INCRA		0,20%	3,50
A7 - RAT Reajustado (RAT X FAP)		3,00%	52,49
A8 - SEBRAE		0,60%	10,50
TOTAL DO GRUPO A		36,80%	643,87
GRUPO B - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		PERCENTUAL	VALOR (R\$)
B1 - Férias		8,33%	145,80

B2 - Faltas Legais	0,30%	5,25		
B3 - Ausências por Doença	1,52%	26,59		
B4 - Licença Paternidade	0,05%	0,87		
B5 - Acidente de trabalho	0,05%	0,87		
B6 - Faltas facultadas por Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	0,17		
TOTAL DO GRUPO B		10,26% 179,57		
GRUPO C - GRATIFICAÇÕES				
C1 - Adicional 1/3 Férias	2,78%	48,60		
C2 - 13º Salário	8,33%	145,80		
TOTAL DO GRUPO C		11,11% 194,40		
GRUPO D - INDENIZAÇÕES				
D1 - Aviso Prévio indenizado + Férias e 1/3 Const. + 13º Indenizado	1,38%	24,15		
D2 - FGTS sobre Aviso Prévio + FGTS sobre 13º Indenizado	0,09%	1,57		
D3 - Indenização compensatória por demissão	1,99%	34,82		
TOTAL DO GRUPO D		3,46% 60,54		
GRUPO E - LICENÇA MATERNIDADE				
E1 - Aproveitamento de Férias sobre licença maternidade	0,08%	1,40		
E2 - Aproveitamento de 1/3 constitucional/Férias sobre licença maternidade	0,03%	0,52		
E3 - Incidência do Grupo A sobre o Gupo licença maternidade	0,38%	6,65		
TOTAL DO GRUPO E		0,49% 8,57		
GRUPO F - INCIDÊNCIA DO GRUPO A				
F1 - Incidência Grupo A x (Grupos B + C)	7,87%	137,62		
TOTAL DO GRUPO F		7,87% 137,62		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES		PERCENTUAL VALOR (R\$)		
		69,99% 1.224,58		
VALOR MENSAL DA MÃO DE OBRA COM ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES		R\$ 2.974,22		
IV - DEMAIS COMPONENTES SOBRE MÃO DE OBRA		PERCENTUAL VALOR (R\$)		
01 - Despesas Administrativas / Operacionais		5,00% 148,71		
02 - Lucro		10,00% 297,42		
TOTAL DOS DEMAIS COMPONENTES SOBRE MÃO DE OBRA		15,00% 446,13		
V - TRIBUTOS SOBRE MÃO DE OBRA		PERCENTUAL		
01 - ISS		5,00%		
02 - COFINS		3,00%		
03 - PIS		0,65%		
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE MÃO DE OBRA		8,65%		
PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS (Tributos % / 100) (TO)	PARTICIPAÇÃO DA REMUNERAÇÃO + ENCARGOS + PROVISÕES + DEMAIS COMPONENTES (%) (P0')	PARTICIPAÇÃO DA REMUNERAÇÃO + ENCARGOS + PROVISÕES + DEMAIS COMPONENTES (%) (P0'')	VALOR TOTAL (P0' / P0'') (P1)	VALOR DOS TRIBUTOS (P1 - P0'')
0,0865	0,9135	R\$ 3.420,35	R\$ 3.744,23	R\$ 323,88
VI - VALOR TOTAL DA MÃO DE OBRA		Preço mensal da mão de obra (mão de obra + encargos + provisões + demais componentes + tributos)		
		R\$ 3.744,23		
MONTANTE B				
VII - INSUMOS				

GRUPO A - BENEFÍCIOS E UNIFORMES				VALOR (R\$)
A1 - Vale-Transporte				0,00
A2 - Coberturas Sociais				83,93
A3 - Vale - Refeição				265,22
A4 - Cesta Básica				121,36
A5 - Uniformes				115,64
TOTAL DO GRUPO A				586,15
GRUPO B - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS				VALOR (R\$)
B1 - Equipamentos				38,16
TOTAL DO GRUPO B				38,16
TOTAL DOS INSUMOS (Total do Grupo A + Total do Grupo B) R\$ 624,31				
VIII - DEMAIS COMPONENTES SOBRE INSUMOS				PERCENTUAL VALOR (R\$)
01 - Despesas Administrativas / Operacionais				5,00% 31,22
02 - Lucro				10,00% 62,43
TOTAL DOS DEMAIS COMPONENTES SOBRE INSUMOS				15,00% 93,65
IX - TRIBUTOS SOBRE INSUMOS				PERCENTUAL
01 - ISS				5,00%
02 - COFINS				3,00%
03 - PIS				0,65%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE INSUMOS				8,65%
PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS (Tributos % / 100) (TO)	PARTICIPAÇÃO DOS INSUMOS + DEMAIS COMPONENTES (%) (P0')	PARTICIPAÇÃO DOS INSUMOS + DEMAIS COMPONENTES (P0'')	VALOR TOTAL (P0'' / P0') (P1)	VALOR DOS TRIBUTOS (P1 - P0'')
0,0865	0,9135	R\$ 717,95	R\$ 785,94	R\$ 67,98
X - VALOR TOTAL DOS INSUMOS				
Preço mensal dos insumos (insumos + demais componentes + tributos)				R\$ 785,94
XI - VALOR TOTAL MENSAL DO POSTO				
Preço total mensal (valor total da mão de obra + valor total dos insumos)				R\$ 4.530,16

SERVIÇOS DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

UNIFORME UNISSEX								
Item	Código SEI	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Custo Unitário	Qtde.	Vida útil (meses)	Custo mensal
		Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário				
13 - Calça Brim	79904970	R\$ 39,50	R\$ 39,50	R\$ 39,50	R\$ 39,50	4	6	R\$ 26,33
84 - Jaleco Brim	82013391	R\$ 63,79	R\$ 63,79	R\$ 63,79	R\$ 63,79	4	6	R\$ 42,53
92 - Touca Brim	81384808	R\$ 13,77	R\$ 13,77	R\$ 13,77	R\$ 13,77	6	6	R\$ 13,77
68 - Sapato de Segurança (com biqueira)	82101403	R\$ 99,03	R\$ 99,03	R\$ 99,03	R\$ 99,03	2	6	R\$ 33,01
Custo Total Mensal								R\$ 115,64

OBS.: Custo relativo ao uniforme de 01 funcionário.

Equipamentos								
Item	Código SEI	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Custo Unitário	Qtde.	Vida útil (meses)	Custo mensal
		Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário				
3 - Avental Brim	79904910	R\$ 19,44	R\$ 19,44	R\$ 19,44	R\$ 19,44	4	6	R\$ 12,96
6 - Avental PVC	79904931	R\$ 10,70	R\$ 10,70	R\$ 10,70	R\$ 10,70	4	6	R\$ 7,13

74 - Luva Térmica	82014172	R\$ 30,88	R\$ 30,88	R\$ 30,88	R\$ 30,88	1	12	R\$ 2,57
135 - Luva de Malha de Aço	82015036	R\$ 108,95	R\$ 108,95	R\$ 108,95	R\$ 108,95	1	12	R\$ 9,08
127 - Avental Térmico	82017200	R\$ 77,00	R\$ 77,00	R\$ 77,00	R\$ 77,00	1	12	R\$ 6,42
Custo Total Mensal								R\$ 38,16

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE SUPERVISOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

POSTO DE 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO (Segunda a Sexta Feira)

I - INFORMAÇÕES GERAIS:
A planilha foi elaborada com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, registrada no MTE em 20/01/2026, sob o número PE000054/2026, com vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026, firmada entre o SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA, LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS, CNPJ n. 04.072.540/0001-31 e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBL, CNPJ n. 24.163.511/0001-92.
Salário base definido através de pesquisa de preço (SEI 81904417) no valor de R\$ 2.331,43 (dois mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos)
Não foi considerado valor para o vale transporte, tendo em vista a ausência de transporte regular no município de Nazaré da Mata. Coberturas Sociais de R\$ 83,93 (oitenta e três reais e noventa e três centavos) por empregado terceirizado.
Vale refeição no valor unitário de R\$ 16,00 (dezesseis reais) por dia efetivamente trabalhado, descontados 20% referente ao PAT.
Cada licitante deverá preencher a planilha de acordo com a sua realidade.

II - MÃO-DE-OBRA (salário base para o cálculo)	VALOR (R\$)
01 - Salário	2.331,43
VALOR DA REMUNERAÇÃO	2.331,43

MONTANTE A

III - ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES DOS ENCARGOS TRABALHISTAS (incidentes sobre o valor da remuneração)

GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
A1 - Previdência Social	20,00%	466,29
A2 - FGTS	8,00%	186,51
A3 - Salário Educação	2,50%	58,29
A4 - SESC	1,50%	34,97
A5 - SENAC	1,00%	23,31
A6 - INCRA	0,20%	4,66
A7 - RAT Reajustado (RAT X FAP)	3,00%	69,94
A8 - SEBRAE	0,60%	13,99
TOTAL DO GRUPO A	36,80%	857,97

GRUPO B - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
B1 - Férias	8,33%	194,29
B2 - Faltas Legais	0,30%	6,99
B3 - Ausências por Doença	1,52%	35,44
B4 - Licença Paternidade	0,05%	1,17
B5 - Acidente de trabalho	0,05%	1,17
B6 - Faltas facultadas por Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	0,23
TOTAL DO GRUPO B	10,26%	239,28

GRUPO C - GRATIFICAÇÕES	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
C1 - Adicional 1/3 Férias	2,78%	64,76
C2 - 13º Salário	8,33%	194,29
TOTAL DO GRUPO C	11,11%	259,05

GRUPO D - INDENIZAÇÕES	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
D1 - Aviso Prévio indenizado + Férias e 1/3 Const. + 13º Indenizado	1,38%	32,17
D2 - FGTS sobre Aviso Prévio + FGTS sobre 13º Indenizado	0,09%	2,10
D3 - Indenização compensatória por demissão	1,99%	46,40
TOTAL DO GRUPO D	3,46%	80,67

GRUPO E - LICENÇA MATERNIDADE	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
E1 - Aprovisionamento de Férias sobre licença maternidade	0,08%	1,87
E2 - Aprovisionamento de 1/3 constitucional/Férias sobre licença maternidade	0,03%	0,70
E3 - Incidência do Grupo A sobre o Grupo licença maternidade	0,38%	8,86
TOTAL DO GRUPO E	0,49%	11,42

GRUPO F - INCIDÊNCIA DO GRUPO A	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
F1 - Incidência Grupo A x (Grupos B + C)	7,87%	183,39
TOTAL DO GRUPO F	7,87%	183,39

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
	69,99%	1.631,77

VALOR MENSAL DA MÃO DE OBRA COM ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES	VALOR (R\$)
	R\$ 3.963,20

IV - DEMAIS COMPONENTES SOBRE MÃO DE OBRA	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
01 - Despesas Administrativas / Operacionais	5,00%	198,16
02 - Lucro	10,00%	396,32
TOTAL DOS DEMAIS COMPONENTES SOBRE MÃO DE OBRA	15,00%	594,48

V - TRIBUTOS SOBRE MÃO DE OBRA	PERCENTUAL
01 - ISS	5,00%
02 - COFINS	3,00%
03 - PIS	0,65%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE MÃO DE OBRA	8,65%

PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS (Tributos % / 100) (TO)	PARTICIPAÇÃO DA REMUNERAÇÃO + ENCARGOS + PROVISÕES + DEMAIS COMPONENTES (%) (P0')	PARTICIPAÇÃO DA REMUNERAÇÃO + ENCARGOS + PROVISÕES + DEMAIS COMPONENTES (%) (P0'')	VALOR TOTAL (P0'' / P0') (P1)	VALOR DOS TRIBUTOS (P1 - P0')
0,0865	0,9135	R\$ 4.557,68	R\$ 4.989,25	R\$ 431,57

VI - VALOR TOTAL DA MÃO DE OBRA	VALOR (R\$)
Preço mensal da mão de obra (mão de obra + encargos + provisões + demais componentes + tributos)	R\$ 4.989,25

MONTANTE B

VII - INSUMOS

GRUPO A - BENEFÍCIOS E UNIFORMES	VALOR (R\$)
A1 - Vale-Transporte	0,00
A2 - Coberturas Sociais	83,93
A3 - Vale - Refeição	265,22
A4 - Uniformes	111,05
TOTAL DO GRUPO A	460,20

GRUPO B - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	VALOR (R\$)
B1 - Equipamentos	0,00
TOTAL DO GRUPO B	0,00

TOTAL DOS INSUMOS (Total do Grupo A + Total do Grupo B) R\$ 460,20
--

VIII - DEMAIS COMPONENTES SOBRE INSUMOS	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
01 - Despesas Administrativas / Operacionais	5,00%	23,01
02 - Lucro	10,00%	46,02
TOTAL DOS DEMAIS COMPONENTES SOBRE INSUMOS	15,00%	69,03

IX - TRIBUTOS SOBRE INSUMOS	PERCENTUAL
01 - ISS	5,00%
02 - COFINS	3,00%
03 - PIS	0,65%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE INSUMOS	8,65%

PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS (Tributos % / 100) (TO)	PARTICIPAÇÃO DOS INSUMOS + DEMAIS COMPONENTES (%) (P0')	PARTICIPAÇÃO DOS INSUMOS + DEMAIS COMPONENTES (P0'')	VALOR TOTAL (P0'' / P0') (P1)	VALOR DOS TRIBUTOS (P1 - P0'')
0,0865	0,9135	R\$ 529,23	R\$ 579,34	R\$ 50,11

X - VALOR TOTAL DOS INSUMOS
Preço mensal dos insumos (insumos + demais componentes + tributos) R\$ 579,34

XI - VALOR TOTAL MENSAL DO POSTO
Preço total mensal (valor total da mão de obra + valor total dos insumos) R\$ 5.568,59

SERVIÇOS DE SUPERVISOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

UNIFORME UNISSEX								
Item	Código SEI	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Custo Unitário	Qtde.	Vida útil (meses)	Custo mensal
		Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário				
13 - Calça Brim	79904970	R\$ 39,50	R\$ 39,50	R\$ 39,50	R\$ 39,50	4	6	R\$ 26,33
84 - Jaleco Brim	82013391	R\$ 63,79	R\$ 63,79	R\$ 63,79	R\$ 63,79	4	6	R\$ 42,53
92 - Touca Brim	81384808	R\$ 13,77	R\$ 13,77	R\$ 13,77	R\$ 13,77	4	6	R\$ 9,18
68 - Sapato de Segurança (com biqueira)	82101403	R\$ 99,03	R\$ 99,03	R\$ 99,03	R\$ 99,03	2	6	R\$ 33,01
Custo Total Mensal								R\$ 111,05

OBS.: Custo relativo ao uniforme de 01 funcionário.

Henrique Rangel Falcão

Elaborador da Planilha
Agente de Fase Preparatória

Daniela Annes Cardim

Revisora da Planilha
Agente de Fase Preparatória

De acordo,

Hendrick Marinho Weyer Harten

Agente de Fase Preparatória
Gerente de Padronização e Acompanhamento das Contratações Públicas



Documento assinado eletronicamente por **Hendrick Marinho Weyer Harten**, em 27/02/2026, às 15:38, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Rangel Falcão**, em 27/02/2026, às 15:45, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA MARIA RABELO ANNES CARDIM**, em 27/02/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **81987411** e o código CRC **4D84FA09**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Av. Antônio de Góes, 194, - Bairro Pina, Recife/PE - CEP 51010-000, Telefone: +558131837600

ANEXO F

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Número SEI: 1400005733.000024/2025-51

Órgão/Entidade: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SEE/PE)

Setor requisitante do Órgão/Entidade: Superintendência do Programa de Alimentação Escolar - SUPAE

Responsável: Patrícia de Lima de Oliveira – Gerente de Alimentação e Nutrição do Programa de Alimentação Escolar.

Fone: 81 3183-9026

E-mail institucional: patricia.loliveira@adm.educacao.pe.gov.br

Preâmbulo

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP - tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - (Doc. SEI nº 73239687), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

A pretensa contratação se enquadra entre as hipóteses de obrigatoriedade de elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos do art. 7º, VI do Decreto Estadual nº 53.384/2022. O ETP é um instrumento estratégico que fortalece a tomada de decisão da Administração, amplia a transparência dos atos preparatórios, mitiga possíveis falhas na fase de implementação da contratação, bem como prestigia o princípio do planejamento previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021.

Possui natureza não sigilosa, uma vez que não consta em nenhuma das situações evidenciadas nos incisos do art. 11 da Lei 14.804/2012, portanto, deve figurar como anexo do Termo de Referência, conforme preceitua o caput do art 9º do Decreto Estadual 53.384/2022.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Administração Pública, por meio da Secretaria de Educação de Pernambuco, identifica a necessidade de contratação de serviços terceirizados para atuação de profissionais como agentes de alimentação escolar nas unidades da rede estadual de ensino, alocados na regional da Mata Norte. O objetivo é assegurar a oferta regular e de qualidade da alimentação escolar aos estudantes, abrangendo atividades de pré-preparo, preparo e distribuição das refeições.

Além disso, a contratação inclui profissional supervisor de alimentação escolar, responsável pela supervisão das atividades, em articulação com o Núcleo de Alimentação Escolar da Gerência Regional de Educação

(GRE) da Mata Norte. Esses profissionais são essenciais para o pleno funcionamento do Programa de Alimentação Escolar do Estado de Pernambuco.

O programa atende um amplo universo de estudantes da educação básica, incluindo modalidades regulares, educação em tempo integral, educação de jovens e adultos (EJA), educação indígena e quilombola, bem como ações voltadas a programas especiais, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE).

Considerando a promoção da alimentação saudável nas escolas, faz-se necessária a contratação de empresa para a prestação de serviço de mão de obra de Agentes de Alimentação Escolar e Supervisores de Alimentação Escolar, em vista de executar os cardápios elaborados pela equipe de nutricionistas da SEE e apoiá-los em suas atividades de supervisão desse serviço, respectivamente.

Informe-se, por oportuno, que tal objeto atenderá o dever legal exposto na Portaria Interministerial nº 1.010, artigo 2º que determina que a alimentação é um direito humano constitucionalmente reconhecido, “compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e cultura dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados socioculturais dos alimentos”. A partir disso, a realização dos serviços em questão visa a reflexão positiva do processo da gestão pública voltada para resultados no que tange a qualidade alimentar e nutricional dos cardápios ofertados pelo PAE/PE.

Ademais, a contratação é necessária para suprir a ausência de determinados cargos operacionais essenciais que não constam no quadro efetivo de servidores do estado de Pernambuco, sendo a demanda pelos serviços de agente de alimentação escolar indispensável devido a relevância dessa função para o atendimento eficiente das necessidades operacionais.

Ressalta-se que as atividades a serem desempenhadas pelos trabalhadores terceirizados possuem natureza acessória em relação às atribuições que compõem o campo de competência legal deste órgão demandante. Nos termos da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que alterou a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (Reforma Trabalhista), é juridicamente admissível a contratação de empresas especializadas para execução de serviços de apoio, inclusive em atividades meio, desde que observadas integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

No âmbito da Administração Pública, a contratação de empresas terceirizadas para a execução de serviços de merenda escolar — caracterizados como serviço-meio — deverá atender às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), observando-se ainda os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de decisões como o Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário e o Acórdão nº 2.802/2016 – Plenário, tem reconhecido que a terceirização de serviços-meio, desde que conduzida em estrita observância à legislação trabalhista e às normas de licitação e contratos, é compatível com a atuação da Administração Pública, não configurando transferência indevida de competência ou desvio de função.

Dessa forma, a terceirização, quando realizada em conformidade com a legislação vigente e respaldada por jurisprudência consolidada, não descaracteriza a competência institucional do órgão demandante, preservando-se a legalidade e a regularidade do processo de contratação. A presente contratação se dará em função da necessidade de continuar executando o Programa de Alimentação Escolar da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco, com fundamento na Lei Federal nº 11.346/2006, art. 1º, §2º, do Decreto Estadual nº 44.351/2017 para a região Mata Norte.

A demanda pelos serviços de mão de obra de Agentes de Alimentação Escolar e Supervisor de Alimentação Escolar, é necessária devido à relevância dessa função para o atendimento eficiente das necessidades operacionais das cozinhas das unidades de ensino. Esses postos de trabalho são indispensáveis para o funcionamento contínuo e seguro dos serviços estaduais, e a falta de profissionais capacitados nessa função compromete a continuidade de serviços públicos essenciais, gerando impactos diretos no atendimento à população. Portanto, a ausência de mão de obra de Agentes de Alimentação Escolar e Supervisores de Alimentação Escolar comprometeria diretamente a alimentação escolar, que é um direito garantido constitucionalmente (art. 208, CF/88) e essencial para o desenvolvimento e aprendizado das crianças.

Conforme previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, é dever da Administração Pública zelar pela eficiência, continuidade e economicidade na prestação de serviços públicos. Essa contratação busca garantir que tais princípios sejam respeitados, promovendo a alocação racional dos recursos humanos e financeiros, enquanto assegura a qualidade e regularidade dos serviços oferecidos à população. Sendo assim, o objetivo principal desta contratação é garantir a continuidade dos serviços públicos, possibilitando a manutenção dos postos de trabalho terceirizados em conformidade com a legislação vigente, assegurando, assim, a prestação de serviços eficientes e contínuos à comunidade.

Em razão da proximidade do término do contrato vigente, da inexistência de Atas de Registro de Preços ativas capazes de suprir a presente demanda e do saldo insuficiente para atender, de forma integral, à necessidade institucional para o ano letivo de 2026, constata-se, ainda, que a região da Mata Norte não teve suas demandas plenamente atendidas no processo licitatório recente. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de novas contratações, a fim de garantir a continuidade do fornecimento para o ano letivo de 2026 nas regiões não contempladas em sua totalidade no certame anterior.

Atualmente, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco dispõe de dois contratos vigentes; o contrato nº 040/2021-SEE/PE, que atende às unidades escolares da região mencionada, porém com término de vigência próximo e sem possibilidade de prorrogação. Além disso, há o contrato nº 160/2025-SEE/PE, o qual, entretanto, não consegue atender integralmente ao quantitativo previsto para esse lote.

2. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda, e alinhada ao Plano Anual de Contratações (PAC) e ao Plano Orçamentário Anual (POA) de 2026.

Seu objetivo é garantir a execução eficiente e contínua do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio do desenvolvimento de atividades que englobam o preparo, manipulação e distribuição adequada das refeições oferecidas aos estudantes da rede estadual de ensino, conforme os cardápios elaborados por nutricionistas, em conformidade com as diretrizes nutricionais e sanitárias do programa. Além da função inerente aos de supervisão e apoio técnico-operacional junto ao Núcleo de Alimentação Escolar nas Gerências Regionais de Educação (GREs), contribuindo para o monitoramento e a organização das atividades nas escolas, assegurando o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança alimentar exigidos pelo PNAE/FNDE.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de mão de obra de Agentes de Alimentação Escolar e Supervisor de Alimentação Escolar, para atendimento às unidades da rede pública estadual de ensino, no âmbito do PNAE.

A contratada deverá comprovar sua qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, demonstrando aptidão para a prestação dos serviços de mão de obra de Agentes de Alimentação Escolar, abrangendo o preparo, a manipulação e a distribuição de alimentos, em conformidade com as normas de higiene e segurança alimentar, bem como o serviço de supervisão pelos Supervisores de Alimentação Escolar.

A comprovação da aptidão técnica deverá ser feita por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado.

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

3.1 Escopo dos serviços:

Agentes de Alimentação Escolar:

- Realizar o pré-preparo, preparo, distribuição e organização dos alimentos destinados à alimentação escolar;
- Executar a higienização dos alimentos, utensílios, equipamentos e ambiente de trabalho;
- Seguir os cardápios planejados pelo nutricionista responsável técnico do PNAE;
- Cumprir os procedimentos e boas práticas de higiene e segurança alimentar, conforme normas da Anvisa e legislações sanitárias vigentes;
- Colaborar com o controle do estoque e uso adequado dos gêneros alimentícios.

Supervisores de Alimentação Escolar:

- Supervisionar e orientar a execução das atividades das agentes de alimentação escolar nas unidades escolares sob sua responsabilidade;
- Garantir a conformidade das práticas operacionais com as normas técnicas, sanitárias e nutricionais;
- Atuar em articulação com o Núcleo de Alimentação Escolar das Gerências Regionais de Educação (GRES);
- Reportar ocorrências, necessidades de substituição de pessoal e apoiar a logística de distribuição dos alimentos.

3.2 Requisitos mínimos da equipe:

- Profissionais devidamente capacitados e treinados para manipulação e preparo de alimentos; Desejável experiência anterior em alimentação escolar ou serviços correlatos;
- Cumprimento da carga horária estabelecida, com controle de ponto e substituição imediata em casos de faltas ou afastamentos;
- Para Supervisores: experiência comprovada em supervisão de equipes e conhecimento básico em segurança alimentar.

3.3 Abrangência e distribuição:

- Atuação nas unidades escolares da rede estadual localizada na região da Mata Norte;
- Alocação conforme a demanda das escolas, considerando o número de alunos, turnos e especificidades locais.

3.4 Sustentabilidade:

A contratação deve observar critérios de sustentabilidade, nos termos do art. 25, § 5º da Lei nº 14.133/2021, os critérios de sustentabilidade ambiental, segundo disposto no art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, bem como as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 STL/MPOG e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, no que couber.

3.5 Justificativa legal e técnica:

A contratação é motivada pela inexistência de pessoal próprio em número suficiente para atendimento a gerência regional da Mata Norte, aliada à necessidade de profissionalização e capacitação técnica das atividades relacionadas à alimentação escolar. Trata-se de um serviço essencial e contínuo, cuja eficiência impacta diretamente na segurança alimentar e no desempenho escolar dos estudantes.

A medida observa os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade, e adequação ao interesse público, conforme preceituado nos arts. 11 e 31 da Lei nº 14.133/2021.

O futuro **contratado** deverá dispor de pessoal, suporte e obrigações conforme realização de atividades. As despesas com a mão de obra deverão ser definidas de acordo com o previsto, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Função	Descrição das Atividades	Unidade de Atuação	Quantidade Estimada
Agente de Alimentação Escolar	Pré-preparo, preparo, distribuição e higienização dos alimentos, utensílios e ambientes. Seguir cardápios e boas práticas sanitárias.	Escolas da Rede Estadual de Ensino	1 por turno a cada 100 alunos (estimativa a ser ajustada por escola)
Supervisor de Alimentação Escolar	Supervisionar a equipe de merendeiras, apoiar a logística de distribuição, monitorar cumprimento de normas técnicas e sanitárias, e atuar junto às GREs.	Núcleo de Alimentação Escolar da Gerência Regional de Ensino da Mata Norte.	1 por GRE

A futura **CONTRATADA** fornecerá a todos os empregados envolvidos na prestação de serviços uniformes e ou/ seus complementos, bem como Equipamentos de Proteção Individual – EPI, conforme as especificações, os quantitativos e a vida útil indicados a seguir:

FARDAMENTO E EPI'S (POR PESSOA)

CARGO: Agente de Alimentação Escolar			
ITEM	QUANTIDADE ANUAL	VIDA ÚTIL	DESCRIÇÃO
CALÇA	4	6 meses	Calça na cor branca, modelo com elástico, com cadarço de ajuste no cós, com bolso chapado atrás, sem logomarcas, em tecido uniforte sarja 100% algodão.

TOUCA	6	6 meses	Tamanho único, na cor branca, com fibras sintéticas (poliamida), pelo sistema de malharia simples, de fibras abertas, tipo corrente, filó, em tecido 100% sintético. Acabamento na parte inferior em formato de meia circunferência com 90mm de largura, confeccionada em tecido de algodão e finalizado por tirante elástico para ajuste à cabeça.
AVENTAL	4	6 meses	100% algodão, tamanho 70X100 cm
AVENTAL PVC	4	6 meses	Avental Frontal PVC Branco. confeccionado com tecido, em poliéster recoberto com PVC. tamanho comprimento 120 cm e largura 65 cm.
JALECO	4	6 meses	Jaleco na cor branca, manga curta, lapela escondendo os botões, com logomarca serigrafada do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco, em tecido uniforte sarja 100% algodão.
PAR DE SAPATO DE SEGURANÇA	2	6 meses	Sapato de segurança na cor preta, de couro, confortável, biqueira arredondada sem costura, solado de borracha vulcanizada; partes visíveis na cor preta; salto de borracha na cor preta; atado com cinco laçadas de cadarço preto de formato tubular.
LUVA TÉRMICA SEGURANÇA	1	12 meses	Luva de segurança para cozinha, reforço em aramida entre o polegar e o indicador, confeccionada em aramida, com revestimento siliconizado na face interna do tecido, punho de 20 cm de comprimento, em tecido brim tipo sol a sol, forração fixa e costura em linha aramida. Resistente à temperatura de até 250° C
LUVA DE MALHA DE AÇO	1	12 meses	Luva de Segurança de Malha de Aço, de cinco dedos, ambidestra, confeccionada em elos de Aço Inox (malha de Aço Inox), com bracelete no punho confeccionado material sintético ou com punho ajustável através de pulseira de aço inox e garras, para fixação adequada ao pulso do usuário em Comprimentos de Disponíveis de Punho: 5cm, 7,5cm, 15cm, 20cm e braço inteiro.

AVENTAL TÉRMICO	1	12 meses	Confeccionado em tecido especial, com tratamento em silicone em uma das faces, ajustável através de tiras nas costas e alça no pescoço, resistente a temperatura de até 280°C, medindo no mínimo 90 x 60 cm, atendendo as Norma(s) Técnica(s).
-----------------	---	----------	--

CARGO: Supervisor de Alimentação Escolar (POR PESSOA)			
ITEM	QUANTIDADE ANUAL	VIDA ÚTIL	DESCRIÇÃO
CALÇA	4	6 meses	Calça na cor branca, modelo com elástico, com cadarço de ajuste no cós, com bolso chapado atrás, sem logomarcas, em tecido uniforte sarja 100% algodão.
JALECO	4	6 meses	Jaleco na cor branca, manga curta, lapela escondendo os botões, com logomarca serigrafada do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco, em tecido uniforte sarja 100% algodão.
SAPATO	2	6 meses	Sapato de segurança na cor preto, de couro, confortável, biqueira arredondada sem costura, solado de borracha vulcanizada; partes visíveis na cor preta; salto de borracha na cor preta; atado com cinco laçadas de cadarço preto de formato tubular.
TOUCA	4	6 meses	Tamanho único, na cor branca, com fibras sintéticas (poliamida), pelo sistema de malharia simples, de fibras abertas, tipo corrente, filó, em tecido 100% sintético. Acabamento na parte inferior em formato de meia circunferência com 90mm de largura, confeccionada em tecido de algodão e finalizado por tirante elástico para ajuste à cabeça.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a necessidade de localizar a solução mais adequada para atender à necessidade da Secretaria Estadual de Educação, foram estudadas possíveis soluções, bem como, buscaram-se no mercado contratações realizadas por outros órgãos e entidades, municipais e estaduais, com base nos aspectos de eficiência, uso racional dos recursos públicos e economicidade.

Sendo assim, identificamos a importância de pesquisar, levantar e definir as possíveis soluções para atender satisfatoriamente a necessidade do Programa de Alimentação Escolar do Estado de Pernambuco, alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

SOLUÇÃO 1 - Terceirização por Empresa Especializada: Contratação de uma empresa com expertise em prestação de mão de obra terceirizada, responsável pelo recrutamento, gestão e supervisão dos profissionais.

Vantagens:

- Redução de custos com processos seletivos e encargos trabalhistas diretos.
- Flexibilidade para ajustar o quadro conforme a demanda.
- Expertise da empresa na gestão de pessoal, garantindo padronização e qualidade.
- Mais eficiência na prestação dos serviços públicos da área-fim.

Desvantagens:

- Necessidade de fiscalização rigorosa para assegurar o cumprimento dos contratos.
- Risco de rotatividade de funcionários, dependendo da política da empresa contratada.

SOLUÇÃO 2 – Contratação Direta Temporária. Realização de processo seletivo próprio do estado para contratação de profissionais em regime temporário (CLT ou contrato administrativo).

Vantagens:

- Maior controle sobre a seleção e desempenho dos funcionários.

Desvantagens:

- Custo elevado com encargos trabalhistas e burocracia na gestão
- Menor flexibilidade para reduzir ou ampliar o quadro conforme necessidade.

SOLUÇÃO 3 – Contratação de servidores por processo seletivo ou concurso público. Abertura de concurso público para provimento de cargos efetivos ou processo seletivo na função necessária (Agentes).

Vantagens:

- Estabilidade dos servidores, garantindo continuidade e qualidade nos serviços.
- Redução da rotatividade, com profissionais dedicados exclusivamente ao estado.
- Maior controle pela administração pública, sem intermediários.

- Cumprimento do princípio constitucional da eficiência, com seleção meritocrática.

Desvantagens:

- Alto custo inicial e demora no processo (edital, provas, nomeações).
- Rigidez na gestão de pessoal (dificuldade para reduzir ou realocar quadros).
- Encargos trabalhistas e previdenciários permanentes, aumentando despesas fixas.
- Despesas fixas atinentes à remuneração, independente da demanda existente.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Diante da necessidade de otimizar os serviços de apoio na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, é fundamental avaliar criteriosamente todas as alternativas disponíveis, considerando especialmente a necessidade, o impacto financeiro, a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado à população.

Entre as opções analisadas, a contratação de empresa especializada em terceirização de mão de obra destaca-se como a solução mais vantajosa para o Estado, ponderando-se entre custo, benefício e efetividade à população. Embora outras alternativas tenham méritos pontuais, a terceirização é a opção mais alinhada com os objetivos do Estado: reduzir custos, manter serviços de qualidade e garantir eficiência na gestão pública de forma desburocratizada. Enquanto concursos e processos seletivos e contratações diretas criam despesas permanentes, inflexibilidade e responsabilidade por encargos sociais de forma direta, a terceirização oferece um modelo sustentável financeiramente e adaptável às necessidades reais a nível estadual, beneficiando a administração e, principalmente, a população.

A análise das alternativas disponíveis para atendimento das necessidades de serviços de apoio ao estado de Pernambuco, demonstra que a terceirização de mão de obra se apresenta como a solução mais vantajosa sob os aspectos econômico, operacional e jurídico. Esta opção proporciona significativa redução de custos aos cofres públicos, uma vez que transfere para a empresa contratada todos os encargos trabalhistas e as despesas com pessoal, resultando em economia direta e previsibilidade orçamentária. Ao contrário de concursos públicos ou contratações diretas, que geram despesas permanentes e elevada rigidez na gestão de pessoal, o modelo terceirizado oferece flexibilidade para ajustar o quantitativo de profissionais conforme as demandas sazonais das secretarias, com possibilidade de rápida substituição em caso de necessidade.

Desta forma, considerando os expressivos ganhos de eficiência, a redução de custos e o alinhamento às melhores práticas de gestão, a terceirização consolida-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades do Estado de Pernambuco, garantindo a qualidade dos serviços públicos sem sobrecarregar a estrutura administrativa.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

a) Memória de Cálculo:

Com relação às quantidades demandadas para o item, as informações estão apresentadas nas tabelas no Anexo I deste ETP. O cálculo teve como base a relação dos números de Agente de Alimentação Escolar com o quantitativo do alunado e modalidades de Ensino.

Incorpora-se neste cálculo as novas unidades de ensino criadas, bem como a demanda proveniente da mudança de atendimento de terceirizada para escolarizada (produção autônoma).

Ademais, incorporou-se ao cálculo uma **reserva técnica de 20% sobre o consumo atual e real dos agentes de alimentação**, medida necessária e estratégica diante do crescimento contínuo da rede estadual de ensino com consequentemente aumento de refeições impactando na necessidade a maior de recursos humanos. Tal crescimento decorre da incorporação de mais de 100 novas unidades escolares à gestão direta da alimentação, da abertura de novas escolas em construção e do aumento progressivo do número de estudantes, verificado com base em série histórica consistente:

VARIÁVEIS	ANO	ALUNADO
	2023	510.613
	2024	525.165
AUMENTO DE ALUNADO (COMPARATIVO 2023 E 2024)	-	14.552
PERCENTUAL DE AUMENTO	-	2,77%
PROJEÇÃO (base no percentual de aumento)	2025	539.712
	2026	554.259

Dados do quantitativo de agentes de alimentação conforme modalidade de ensino pela quantidade de alunados encontra-se descrito no quadro abaixo:

#	ESCOLA	MODALIDADE DE ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS	QUANT. POSTOS SIEPE
1	Escola Dom Bosco	REGULAR	623	3
2	Escola de Referência em Ensino Fundamental Laurindo Gomes	REGULAR	256	3
3	Escola de Referência em Ensino Médio Pedro Tavares	INTEGRAL	350	4
4	Escola Aluisio Germano	REGULAR	758	3
5	Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Deputado João Teobaldo de Azevedo	REGULAR	234	3
6	Escola de Referência em Ensino Médio João Cavalcanti Petribu	REGULAR	665	5
7	Escola de Referência em Ensino Fundamental Lions Clube de Carpina	REGULAR	293	3
8	Escola Paula Frassinetti	REGULAR	336	3
9	Escola São José	REGULAR	387	3
10	Escola Júlio Correia de Oliveira Melo	REGULAR	684	3
11	Escola de Referência em Ensino Médio Emiliano Pereira Borges	INTEGRAL	393	4
12	Escola Coronel José Pinto de Abreu	REGULAR	661	3

13	Escola de Referência em Ensino Médio Frei Campo Ma- yor	INTEGRAL	379	4
14	Escola Severino Gouveia de Lima	REGULAR	697	3
15	Escola Estadual Professor Paulo Freire	REGULAR	192	2
16	Escola Arruda Câmara	REGULAR	859	4
17	Escola de Referência em Ensino Fundamental José Antô- nio Bezerra de Menezes	REGULAR	284	3
18	Escola de Referência em Ensino Médio Creusa de Freitas Cavalcanti	INTEGRAL	548	5
19	Escola Capitão Plínio de Souza Monteiro	REGULAR	260	3
20	Escola Dom Carlos Coelho	REGULAR	824	4
21	Escola Dom Ricardo Vilela	REGULAR	296	2
22	Escola de Aplicação Professor Chaves	REGULAR	616	3
23	Escola José Antônio Fagundes	REGULAR	650	3
24	Escola João Cavalcanti Petribu (Paudalho)	REGULAR	644	3
25	Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Lan- delino Barreto Lins	INTEGRAL	179	3
26	Escola de Referência em Ensino Médio Cel. João Fran- cisco	INTEGRAL	360	4
27	Escola Professor João Barbosa de Almeida	REGULAR	349	3
28	Escola de Referência em Ensino Fundamental Clóvis Sal- gado	REGULAR	346	4
29	Escola de Referência em Ensino Médio Dr. Joaquim Cor- reia	INTEGRAL	673	5
30	Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Coronel Luiz Ignácio Pessoa de Melo	SEMINTEGRAL	2336	9
31	Escola de Referência em Ensino Médio Jaime Coelho	INTEGRAL	501	4
32	Escola de Referência em Ensino Fundamental André Vi- dal de Negreiros	REGULAR	363	4
33	Escola de Referência em Ensino Médio Doutor João Al- fredo	SEMINTEGRAL	545	5
34	Escola de Referência em Ensino Médio Dr. Francisco Si- queira C. da Cunha	INTEGRAL	563	5
35	Escola de Referência em Ensino Fundamental Antônio Coutinho	REGULAR	177	3
36	Escola de Referência em Ensino Fundamental Brigadeiro Eduardo Gomes	REGULAR	323	9
37	Escola de Referência em Ensino Fundamental Ana Eufrá- sia Cabral de Moura*	REGULAR	307	4
38	Escola de Referência em Ensino Fundamental Mariana Ferreira Lima	REGULAR	254	3
39	Escola Professora Elisabeth Lyra*	REGULAR	498	3
40	Escola de Referência em Ensino Fundamental Agamenon Magalhães	REGULAR	366	4

	TOTAL		151
	ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO ALUNADO (20%)	20%	30
	TOTAL COM O ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO ALUNADO		181

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Foi realizada pesquisa simplificada (Anexo II) conforme a contratação vigente dos processos via Sistema Eletrônico de Informação (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0665.2024, PROCESSO Nº 3091.2024.AC-15.PE.0666.SAD.SEE, e PREGÃO ELETRÔNICO Nº0665.2024, PROCESSO Nº 3091.2024.AC-15.PE.0666.SAD.SEE), levando em consideração a regionalização e especificação local.

A partir dessas referências, foi possível calcular as médias de valores mensais por item, assim como estimar o valor total dos serviços, que totaliza **R\$ 7.805.669,64 (sete milhões oitocentos e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme demonstrado na tabela a seguir:

A pesquisa de preço tem por base a Lei Federal nº 14.133/2021.

Item	Código CATSER	Código e-fisco	Especificação	Cotação 1	Cotação 2	Média dos valores	Quantitativo necessário	Valor total estimado por item mensal	Valor total estimado anual
01	19399	573784-2	Prestação de mão de obra - Tipo Agente de Alimentação Escolar, com jornada de trabalho 44 horas semanais, segunda a sexta;	R\$ 3.499,95	R\$ 3.638,90	R\$ 3.569,43	181	R\$ 646.066,83	R\$ 7.752.801,96
02	25623	573785-0	Prestação de mão de obra - Tipo Supervisor de Alimentação Escolar, com jornada de trabalho 44 horas semanais, segunda a sexta	R\$ 4.280,95	R\$ 4.530,32	R\$ 4.405,64	1	R\$ 4.405,64	R\$ 52.867,68

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 7.805.669,64
----------------------------	---------------------

*Cálculo do valor total estimado para a contratação = valor unitário por item x quantitativo necessário do item x 12

8. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, desde que tal divisão não provoque prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes. (Súmula 247 do TCU).

Em que pese a orientação apresentada acima, em relação aos processos de terceirização, importa registrar o posicionamento do TCU, expresso no Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário:

deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática. (grifos nossos)

Nesta mesma linha o Acórdão TCU nº 10.049/2018 – 2ª Câmara, seguindo o citado Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, complementa:

o parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a natureza do serviço a ser contratado no caso ora em análise corresponde a um serviço não especializado, similar aos citados pela Corte de Contas nos acórdãos referendados, fato que pode excepcionar o parcelamento do objeto.

Ademais, há outra(s) razão(ões) técnica(s) e/ou econômica(s) para a preservação do objeto em lote único, como a reunião dos itens em lote único que visa assegurar a uniformidade e a qualidade da execução contratual referente ao serviço de apoio operacional não especializado, evitando riscos decorrentes da fragmentação da prestação do serviço, tais como a perda de padronização, o aumento de custos administrativos e a dificuldade de fiscalização. Ademais, a contratação integrada favorece o ganho de escala, com redução do valor global da contratação, atendendo ao princípio da economicidade.

Dessa forma, optou-se pela contratação em lote único, medida considerada a mais vantajosa para a Administração Pública. Tal escolha fundamenta-se no disposto no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021,

que admite o agrupamento de itens quando houver justificativa técnica ou econômica devidamente demonstrada.

Conclui-se, portanto, que a definição por lote único mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, garantindo a padronização da execução, a redução de custos e a vantajosidade para o Estado, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A merenda escolar é um serviço essencial e contínuo, assegurado pela Lei nº 11.947/2009, sendo um direito dos estudantes da rede pública. A interrupção na oferta de alimentação compromete diretamente a frequência escolar, o rendimento acadêmico e a permanência dos alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a terceirização da mão de obra contribui significativamente para a continuidade do serviço, ao possibilitar a rápida reposição de profissionais e a cobertura de ausências, reduzindo o risco de descontinuidade. Conforme o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a contratação pública deve assegurar a continuidade dos serviços prestados, reforçando a importância de manter uma equipe estável e presente nas unidades escolares.

Além da continuidade, a qualidade da alimentação oferecida aos alunos está diretamente relacionada à sua saúde e bem-estar. A manipulação de alimentos exige conhecimento técnico, treinamento constante e estrita conformidade com normas sanitárias, como as Boas Práticas de Manipulação de Alimentos (RDC nº 275/2002 – ANVISA). A contratação de Agentes de Alimentação Escolar por meio de empresas especializadas garante que esses profissionais sejam criteriosamente selecionados, capacitados e reciclados periodicamente. Isso assegura padronização no preparo dos alimentos, minimiza riscos sanitários e reduz a possibilidade de passivos administrativos ou judiciais decorrentes de falhas ou contaminações alimentares.

Ainda segundo o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos devem ser planejados para alcançar o melhor resultado com os recursos disponíveis. A terceirização da atividade de Agentes de Alimentação Escolar contribui para esse objetivo, ao proporcionar agilidade na reposição de pessoal, diminuir a carga administrativa da contratante e permitir que a Administração Pública concentre seus recursos humanos em atividades finalísticas, como a gestão pedagógica, sem prejuízo à qualidade dos serviços de apoio.

A contratação direta de profissionais, por outro lado, geraria custos elevados relacionados à folha de pagamento, encargos trabalhistas, processos seletivos, treinamentos, controle de frequência, substituições e licenças médicas. Com a terceirização, a gestão integral dos profissionais passa a ser responsabilidade da empresa contratada, o que representa uma significativa redução nos custos operacionais

e na complexidade administrativa. Além disso, evita-se a geração de passivos trabalhistas, uma vez que os vínculos empregatícios são de responsabilidade exclusiva da contratada, conforme o art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Outro benefício relevante da terceirização é a padronização dos serviços. A empresa contratada deve fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e treinamentos técnicos adequados aos profissionais, promovendo segurança no trabalho, uniformidade na execução das tarefas e impacto visual positivo no ambiente escolar. A possibilidade de adaptação da quantidade de Agentes de Alimentação Escolar conforme o porte da escola, o número de alunos e o calendário escolar, também se destaca como uma vantagem operacional.

O modelo terceirizado permite ajustes rápidos com base em cláusulas contratuais de flexibilidade, ao contrário do regime estatutário, onde a redistribuição de pessoal é limitada por questões legais e administrativas.

Dessa forma, pretende-se executar de maneira eficiente o Programa de Alimentação Escolar da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco, assegurando a oferta dos itens previstos com qualidade, em conformidade com as especificações técnicas e exigências legais. O objetivo é garantir a economicidade, a eficácia, a eficiência e a sustentabilidade ambiental da contratação, proporcionando uma alimentação adequada a todos os alunos da rede estadual, com impacto positivo no desempenho escolar por meio de um cardápio nutritivo e balanceado.

Espera-se, ainda, que os resultados decorrentes desta contratação contribuam diretamente para a efetivação do direito à alimentação escolar, com ganhos em economicidade, otimização do tempo para elaboração de cardápios e pontualidade na oferta das refeições, promovendo um ambiente escolar mais saudável e propício ao aprendizado.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Será previsto no edital e no contrato ou instrumento equivalente o servidor para fiscalização, de acordo com sua área técnica, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, que poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços/objeto.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A futura contratada deve seguir os critérios e práticas de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, no Decreto nº 7.746/2012, e em outras legislações pertinentes, durante a prestação dos serviços.

12.2. É de extrema importância que a empresa contratada promova treinamentos regulares para seus funcionários sobre boas práticas de economia de água, energia e redução de resíduos, visando a aplicação efetiva dessas medidas durante a execução do contrato.

12.3. Além disso, a contratada deve implementar um programa interno de capacitação para seus prestadores de serviços, com foco na redução do consumo de energia, água e resíduos durante a vigência do contrato, bem como medidas de prevenção e combate ao assédio sexual e moral na execução contratual.

12.4. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução da poluição, tais como:

12.4.1 Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos, bem como suas respectivas embalagens, que forem utilizados na prestação dos serviços;

12.4.2 Destinar de forma adequada as borras de café;

12.4.3 Fornecer aos colaboradores os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

12.4.4 Dar preferência a materiais biodegradáveis e atóxicos, quando da aquisição de materiais de consumo;

12.4.5 Descartar corretamente produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes, se houver;

12.4.6 Adotar práticas de sustentabilidade e racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartáveis;

12.4.7 Verificar a existência de vazamento na torneira ou no sifão e de lâmpadas queimadas ou piscando;

12.4.8 Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação dos serviços;

12.4.9 Realizar treinamentos internos para os seus empregados, visando a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução da utilização de produtos que gerem resíduos sólidos, observadas as legislações ambientais vigentes; 12.5 O Supervisor Geral deverá atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos colaboradores da CONTRATADA, devendo repassar todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante das análises técnicas apresentadas, conclui-se que a contratação de mão de obra para as funções de Agentes de Alimentação Escolar e Supervisor de Alimentação Escolar é necessária e imprescindível

para a continuidade e eficiência dos serviços de prépreparo, preparo, distribuição e apoio à alimentação escolar no âmbito das unidades atendidas.

A avaliação de demanda, a inexistência de solução interna suficiente, bem como a necessidade de manter a regularidade do fornecimento de refeições, evidenciam que a execução dos serviços por equipe própria da Administração é inviável no momento, sendo mais vantajosa a contratação de empresa especializada.

Assim, recomenda-se a continuidade do processo licitatório, com a elaboração do Termo de Referência, observando-se as especificações técnicas e requisitos legais descritos neste Estudo Técnico Preliminar, de modo a assegurar a adequada prestação do serviço e o atendimento aos padrões de qualidade exigidos.

ANEXO I

Quantitativos necessários para a execução

REGIONAL: NAZARÉ DA MATA						
ITEM	CÓDIGO CAT-SER	CÓDIGO E-FISCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO MÊS (1)	PERÍODO MESES
1	19399	573784 - 2	Prestação de mão de obra - Tipo Agente de Alimentação Escolar, com jornada de trabalho 44 horas semanais, segunda a sexta;	POSTO	181	12
2	25623	573785 - 0	Prestação de mão de obra - Tipo Supervisor de Alimentação Escolar, com jornada de trabalho 44 horas semanais, segunda a sexta	POSTO	1	12

QUANTITATIVOS DE AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR POR ALUNOS

ESCOLA SEMI-INTEGRAL

ATÉ – 300 ALUNOS	2 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
DE – 301 ATÉ 500 ALUNOS	3 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
DE – 501 ATÉ 999 ALUNOS	5 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
ACIMA DE – 1000 ALUNOS	7 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ESCOLA INTEGRAL

ATÉ – 300 ALUNOS	3 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
DE – 301 ATÉ 500 ALUNOS	4 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
DE – 501 ATÉ 750 ALUNOS	5 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
DE – 750 ATÉ 999 ALUNOS	6 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
ACIMA DE – 1000 ALUNOS	9 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ESCOLA REGULAR

ATÉ – 300 ALUNOS	2 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
DE – 301 ATÉ 799 ALUNOS	3 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ACIMA DE – 800 ALUNOS	4 – AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
--------------------------	------------------------------------

OBSERVAÇÃO	MÁXIMO DE 09 AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR POR ESCOLA
------------	--

ANEXO II

Pesquisa de mercado simplificada realizada em 11/08/2025

COTAÇÃO 01



NOTA TÉCNICA - SEE - Coordenação de alterações contratuais - Nº 107/2025

1. OBJETO

Trata-se da solicitação da Gerência Técnica de Administração dos Contratos - GETAC, por meio da CI nº 361/2025 (68114526), assinada eletronicamente em 05/06/2025, para análise de reajuste ao contrato nº 161/2025, celebrado com a empresa UNIKA TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços de mão de obra terceirizada de profissionais Agentes de Alimentação Escolar e profissionais Supervisores de Alimentação Escolar, relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0665.2024, PROCESSO Nº 3091.2024.AC-15.PE.0666.SAD.SEE e todos os seus anexos, em especial a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025.

CLÁUSULA CONTRATUAL

Desta forma, considerando o que estabelece a legislação vigente e a solicitação da contratada, esta Gerência Técnica de Contratos calculou o reajuste contratual, apresentando os valores atualizados no quadro a seguir e nas planilhas anexas (68406290):

QUADRO 1: VALORES COM REAJUSTAMENTO COM BASE NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2025. Devido a partir do início da vigência (03/06/2025).

LOTE 05 - REGIONAIS: AFOGADOS DA INGAZEIRA, ARCOVERDE E FLORESTA					
Item	Código do Item	Descrição do Item	Qtde.	Preço Unitário	Preço Mensal / Preço Anual
1	573784-2	Prestação de mão de obra - Tipo Agente de Alimentação Escolar, com jornada de trabalho 44 horas semanais, segunda a sexta	806	R\$ 3.638,90	R\$ 2.932.953,40 / R\$ 35.195.440,80
2	573785-0	Prestação de mão de obra - Tipo Supervisor de Alimentação Escolar, com jornada de trabalho 44 horas semanais, segunda a sexta	3	R\$ 4.530,32	R\$ 13.590,96 / R\$ 163.091,52
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 2.946.544,36	R\$ 35.358.532,32

A análise realizada nesta nota técnica tem como subsídio as informações e documentos apresentados no processo, não sendo possível aferir o que foi realmente pago e se, ao longo da contratação, existiram alterações que acarretassem aumento/diminuição do quantitativo inicialmente previsto na contratação.

Sendo assim, deve o gestor verificar os valores que já foram pagos e a eventual diferença apurada quando comparados com os valores atualizados indicados por essa GTCON, com base nos quadros acima.

Referência: NOTA TÉCNICA CACONT Nº 107/2025 ao CT. 161/2025/SEE-PE | PROCESSO Nº 3091.2024.AC-15.PE.0666.SAD.SEE. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0665.2024.

COTAÇÃO 02



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025 – SEE

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, com sede em Avenida Afonso Olindense, nº 1513, Várzea, nesta cidade do Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.572.071/0001-12, neste ato representada pelo seu Secretário de Educação, Sr. GILSON JOSÉ MONTEIRO FILHO, nomeado através do ato nº 635, do dia 07/02/2025, publicado no DOE do dia 08/02/2025, no uso da competência conferida pelo Decreto Estadual nº 43.133/2016, nos termos do que dispõem as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e o Decreto Estadual nº 42.530/2015 com as respectivas alterações, e face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 0666.2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3091.2024.AC-15.PE.0666.SAD.SEE, homologado através do Ato 64976289, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a empresa **CONTEC SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, CNPJ nº 20.800.899/0001-34, com sede em Avenida João Fonseca de Albuquerque, nº 805, Janga – Paulista/PE – CEP 53435-010, neste ato, representada por **GUILHERME MACIEL DOS SANTOS**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a prestar os serviços de acordo com os seguintes preços:

LOTE 06 - REGIONAIS: ARARIPINA, PETROLINA E SALGUEIRO						
ARP 21	Item	Código do Eficco	Descrição do Item	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	1	573784-2	Prestação de mão de obra - Tipo Agente de Alimentação Escolar, com jornada de trabalho 44 horas semanais, segunda a sexta	459	R\$ 3.449,95	R\$ 1.583.527,05
	2	573785-0	Prestação de mão de obra - Tipo Supervisor de Alimentação Escolar, com jornada de trabalho 44 horas semanais, segunda a sexta	3	R\$ 4.280,95	R\$ 12.842,85
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE					R\$ 1.596.369,90	R\$ 19.156.438,80

Referência: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025 – SEE face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 0666.2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3091.2024.AC-15.PE.0666.SAD.SEE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109.2026

SEI Nº 1400005733.000024/2025-51

ANEXO II
DECLARAÇÃO DA RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS
PELA LICITANTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual no _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/ Empresa	Número/ Ano do Contrato	Valor total do Contrato
XX	XX	\$ XXXX
XX	XX	\$ XXXX
XX	XX	\$ XXXX
XX	XX	\$ XXXX

Valor total dos Contratos: R\$ _____.

Recife, XX de XXXX de XXXX.

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109.2026

SEI Nº 1400005733.000024/2025-51

ANEXO III DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que tem ciência da exigência prevista na Lei Estadual 13.462, de 2008, com o compromisso de cumprir, no ato da contratação, a obrigação de recrutamento de mão de obra egressa de cursos de qualificação profissional promovidos pelo Governo do Estado, nos termos e nas condições estipuladas na legislação de regência;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ XXX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109.2026

SEI Nº 1400005733.000024/2025-51

ANEXO IV MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 90109.2026**, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXX**, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a eventual prestação de serviços de **AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR e SUPERVISOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos serviços registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único **PARTICIPANTE** da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria de Educação do estado de Pernambuco.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a executar o(s) item(ns) de serviço registrados de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXXXX

3.2. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação do serviço, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado em periodicidade anual, observadas as seguintes disposições constantes do art. 2º da Lei 17.555, de 2021:

I. Os itens relativos à remuneração de mão-de-obra, aos benefícios e aos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários serão reajustados no mesmo período e com base no valor ou percentual fixados nas normas coletivas de trabalho da respectiva categoria profissional;

II. Os itens relativos aos benefícios não previstos nas normas coletivas de trabalho e demais insumos serão reajustados pelo IPCA, nos termos do art. 1º, III, do Decreto Estadual nº 52.153, de 2022, com anualidade contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em **27/02/2026**.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo VII do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

7.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de **3 (três)** dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

7.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

7.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

7.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

7.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

7.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

7.8. A contratação individual de itens registrados em lotes de forma aglutinada somente será admitida se o edital previu critério de aceitabilidade dos preços unitários máximo e se for comprovada a vantajosidade da contratação mediante prévia pesquisa de mercado ou demonstração de que o deságio obtido no valor do item é igual ou superior ao do lote globalmente considerado.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

8.1.3: Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes, inclusive no que se refere aos quantitativos previstos no art. 25 do Decreto nº 54.700, de 16 de maio de 2023;

8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes;

8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

- 8.1.6.** Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
- 8.1.7.** Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.8.** Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
- 8.1.9.** Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1. A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a:

- 9.1.1.** Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2.** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 9.1.3.** Assinar os contratos decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
- 9.1.4.** Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 9.1.5.** Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1.** O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:
- 10.1.1.** Descumprir as condições nela previstas;
- 10.1.2.** Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 10.1.3.** Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

10.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

10.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

10.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

10.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

10.3. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

10.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 10.1.6.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

11.1.1. não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

11.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

11.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

11.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

11.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 11.1.1 desta Ata;

11.2.2. Multa 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 11.1.2 e 11.1.3 desta Ata;

11.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

11.3.1. na infração prevista no item 11.1.1: de 6 a 12 meses;

11.3.2. nas infrações previstas nos itens 11.1.2 e 11.1.3: até 6 meses.

11.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

11.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 11.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 11.1.2 e 11.1.3.

12. DA PUBLICAÇÃO

12.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109.2026

SEI Nº 1400005733.000024/2025-51

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO
SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, E A EMPRESA XXX, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109, PROCESSO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE.

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº **XXXX**, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis .

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** a prestação de serviços de **AGENTES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR e SUPERVISOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme as especificações contidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90109, PROCESSO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência deste **CONTRATO** é de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, por interesse das partes, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação do **CONTRATO**, mediante termo aditivo, deve ser instruída com os seguintes documentos:

- I. atesto da autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;
- II. justificativa escrita do interesse da **CONTRATANTE** em manter a prestação do serviço;
- III. relatório do fiscal do **CONTRATO** sobre a regularidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA**;
- IV. manifestação expressa da **CONTRATADA** de seu interesse em renovar o **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

PARÁGRAFO QUARTO: A pesquisa para aferição da vantajosidade econômica da prorrogação contratual será realizada mediante a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 12 da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021, ou em eventual norma que a altere ou substitua.

PARÁGRAFO QUINTO: O **CONTRATO** não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, observadas as abrangências e os limites temporais de aplicação, sendo excepcionalmente admitida a prorrogação, pelo período mínimo necessário à conclusão de um novo certame, de modo a evitar a descontinuidade do serviço ou o custo de uma contratação emergencial.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$ XXX (XXX) sendo o valor mensal de R\$ XXX (XXX), conforme estabelecido na proposta, parte integrante deste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** estão programadas em dotação orçamentária própria prevista no orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade Gestora:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: **3.3.90.37.05**

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO SEGUNDO:No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual, observadas as seguintes disposições:

- I. Os itens relativos à remuneração de mão-de-obra, aos benefícios e aos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários serão reajustados no mesmo período e com base no valor ou percentual fixados nas normas coletivas de trabalho da respectiva categoria profissional, nos termos do art. 2º, I, da Lei Estadual nº 17.555, de 2021;
- II. Os itens relativos aos benefícios não previstos nas normas coletivas de trabalho e demais insumos serão reajustados pelo IPCA, nos termos do art. 1º, III, do Decreto Estadual nº 52.153, de 2022 c/c com o art. 2º, II, da Lei Estadual nº 17.555, de 2021, com anualidade contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em **27/02/2026**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá pleitear o reajuste referente aos itens previstos no inciso II do PARÁGRAFO PRIMEIRO durante a vigência do contrato, mediante requerimento formal, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, a CONTRATADA deverá assinar termo aditivo de prorrogação com cláusula que resguarde o direito ao futuro reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento referente aos itens previstos no inciso I do PARÁGRAFO PRIMEIRO deverá ser instruído pela CONTRATADA com a indicação da nova norma coletiva de trabalho que fundamenta o pleito, bem como da respectiva planilha de custos com os valores atualizados.

PARÁGRAFO QUINTO: Quando a contratação incluir mais de uma categoria profissional, o reajustamento poderá ser dividido em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação e será realizado em momentos distintos quando a anualidade ocorrer em datas diferenciadas.

PARÁGRAFO SEXTO: Na concessão do reajuste, a **CONTRATANTE** não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO SÉTIMO: É vedada a inclusão, por ocasião do reajustamento dos itens atrelados às normas coletivas de trabalho, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

PARÁGRAFO OITAVO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO NONO: O reajustamento de preços será formalizado por apostilamento, exceto quando a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A extinção do **CONTRATO** não configurará óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro **CONTRATO**, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Prestar à **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;
- II. Comunicar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
- III. Expedir ordem de serviço para o início da execução do contrato, com a antecedência prevista no Termo de Referência ou, em sua ausência, observando prazo razoável para adoção das medidas iniciais a cargo da **CONTRATADA**;
- IV. Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**;
- V. Indicar instalações sanitárias para uso dos empregados da **CONTRATADA**;
- VI. Acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, através de fiscal especialmente designado para este fim;
- VII. Indicar, formalmente, o gestor do **CONTRATO** para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência e neste instrumento;

- VIII.** Encaminhar à **CONTRATADA** os relatórios de acompanhamento da execução dos serviços, devidamente elaborados e assinados pelo fiscal do **CONTRATO**, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- IX.** Analisar os documentos relativos à comprovação do pagamento de todos os salários, benefícios e encargos, na forma prevista neste **CONTRATO**;
- X.** Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- XI.** Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- XII.** Garantir que a prestação dos serviços será adstrita às atividades administrativas acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do órgão ou entidade;
- XIII.** Repassar à **CONTRATADA** informações detalhadas a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente, bem como sobre procedimentos a serem adotados para redução do consumo de energia, em especial a Portaria SAD nº 2.325/2013, e sobre descarte de materiais potencialmente poluidores;
- XIV.** Aplicar as sanções previstas na lei e neste **CONTRATO**;
- XV.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- XVI.** Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- XVII.** Responder a eventuais pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento.

XVIII. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:

- a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela **CONTRATADA**;
- c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da **CONTRATADA**;
- d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e) demandar a funcionário da **CONTRATADA** a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da **CONTRATADA**.

XIX. Assegurar o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA**, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais de prestação dos serviços;

XX. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a **CONTRATADA** cumprir todas as obrigações estipuladas neste **CONTRATO** e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

- I. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência;
- II. Recrutar e selecionar os profissionais necessários à realização dos serviços, de acordo com o quantitativo estimado e com a qualificação mínima definida no Termo de Referência;
- III. Implantar o(s) posto(s) de trabalho relacionados no Termo de Referência, no prazo indicado na ordem de serviço;

- IV. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- V. Não contratar, durante a vigência do **CONTRATO**, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do **CONTRATO**, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- VI. Cumprir, conforme o caso, durante todo o período de execução do **CONTRATO**, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;
- VII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no primeiro mês da execução do contrato e no prazo fixado pelo fiscal do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas;
- VIII. Fornecer, no primeiro mês da execução do **CONTRATO**, relação nominal dos empregados vinculados à prestação dos serviços, inclusive para fins de comprovação do cumprimento da obrigação prevista no inciso XLVIII, indicando nome completo, função, local e horário do posto de trabalho, números de carteira de identidade (RG) e de CPF, endereço e telefone, acompanhado das páginas da CTPS com anotações do registro dos respectivos empregados;
- IX. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, os exames admissionais de seus empregados, apresentando o respectivo comprovante no primeiro mês de execução contratual, bem como outros exames que venham a ser exigidos no decorrer do **CONTRATO**, encaminhando os comprovantes à **CONTRATANTE**;
- X. Designar por escrito, no ato de recebimento da Ordem de Serviço, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, o qual deverá disponibilizar endereço de e-mail válido e número de telefone móvel que permita contato imediato com o fiscal do **CONTRATO** de forma permanente, incluindo dias não úteis;
- XI. Substituir o preposto designado se houver recusa motivada da **CONTRATANTE** quanto à anterior indicação;

- XII.** Observar os horários fixados na escala de serviço elaborada pela **CONTRATANTE**, cumprindo a jornada de trabalho especificada no Termo de Referência;
- XIII.** Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;
- XIV.** Assegurar que os empregados portem crachá com foto recente, indicando a função profissional devidamente registrada nas carteiras de trabalho;
- XV.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração e a restringir sua atuação às atividades previstas no Termo de Referência para as quais a empresa foi contratada, a fim de evitar desvio de função;
- XVI.** Manter sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, substituindo, no prazo assinalado, qualquer empregado que adote conduta inconveniente;
- XVII.** Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer alteração na equipe de empregados que esteja prestando serviços;
- XVIII.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações e reclamações formuladas;
- XIX.** Relatar, por escrito, ao fiscal da **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência anormal afeta à prestação dos serviços;
- XX.** Demonstrar à **CONTRATANTE**, mediante relatório assinado pelo preposto, a correção das falhas eventualmente verificadas pela fiscalização, no prazo e com justificativas, se for o caso;
- XXI.** Orientar os seus empregados sobre a necessidade de adotar as medidas para a redução do consumo de energia elétrica indicadas na Portaria SAD nº 2.325/2013, quanto à utilização de iluminação, máquinas e equipamentos, em especial (a) desligar os monitores durante o horário de almoço ou quando se ausentarem por mais de meia hora; (b) realizar os serviços no horário determinado pela **CONTRATANTE** e (c) utilizar, sempre que possível, a luz natural;
- XXII.** Nos casos em que for implantado pela **CONTRATANTE** o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, orientar os seus empregados a colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades, mediante a separação de resíduos sólidos em recipientes disponibilizados para coleta seletiva, seguindo as cores internacionalmente identificadas;

XXIII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XXIV. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, viabilizando o acesso, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

XXV. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

XXVI. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XXVII. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do **CONTRATO**;

XXVIII. Observar as normas de segurança e medicina do trabalho na execução dos serviços;

XXIX. Fornecer aos seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs) necessários à execução do serviço, de acordo com o previsto no Termo de Referência e nas normas legais e coletivas, submetendo os referidos materiais ao fiscal do **CONTRATO** para avaliação de qualidade;

XXX. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, após os primeiros socorros realizados pela **CONTRATANTE**;

XXXI. Fornecer uniformes e seus complementos aos seus empregados, submetendo-os previamente à aprovação da **CONTRATANTE**, de acordo com o quantitativo e as especificações previstas no Termo de Referência, bem como realizar a substituição dos mesmos sempre que necessário, vedado o repasse dos respectivos custos aos seus empregados;

XXXII. Sempre que exigido pela lei ou no presente **CONTRATO**, realizar cursos de treinamento e reciclagem, comprovando-os à **CONTRATANTE**;

XXXIII. Atender de imediato às solicitações da **CONTRATANTE** quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços, bem como assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou em quaisquer outras instalações da **CONTRATANTE**;

XXXIV. Manter todos os turnos contratados preenchidos, providenciando a imediata reposição dos empregados designados para a execução dos serviços, nos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, vedada a prorrogação da jornada de trabalho (dobra), procedendo, nos casos de substituição ou inclusão de empregado, conforme os itens VIII e IX desta cláusula.

XXXV. Responder por quaisquer danos decorrentes da execução do **CONTRATO** que seus empregados ou prepostos, por ação ou omissão culposa ou dolosa, comprovadamente causem à **CONTRATANTE** ou a terceiros, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis, inclusive mediante desconto nos pagamentos devidos ou na garantia, caso exigida;

XXXVI. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos;

XXXVII. Fornecer o vale-transporte até o dia anterior ao início da prestação de serviços ou até o último dia do mês que antecede ao mês de competência, conforme o caso, de acordo com a legislação de regência;

XXXVIII. Aplicar na fatura a alíquota de ISS e o valor do vale-transporte efetivamente praticados no município onde ocorre a prestação dos serviços, ainda que, em virtude da não individualização da proposta por município durante a licitação, os valores sejam inferiores àqueles apresentados na respectiva proposta de preços;

XXXIX. Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, na forma prevista neste **CONTRATO**, o registro de ponto e os comprovantes de pagamentos dos salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, décimo terceiro salário, vale-alimentação, vale-transporte, depósito do FGTS, concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional, bem como quitação de obrigações trabalhistas e

previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato, conforme artigo 50, *caput* e incisos I a VI, da Lei nº 14.133, de 2021;

XL. Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, na forma prevista neste **CONTRATO**, as guias de recolhimento da contribuição previdenciária – INSS, do FGTS e do ISS, referente ao mês anterior ao da fatura;

XLI. Apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação no CADFOR, as certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, as demais certidões de regularidade fiscal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT em nome da **CONTRATADA**;

XLII. Apresentar, quando da extinção do **CONTRATO**, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, os termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado e os exames médicos demissionais dos empregados dispensados, ou a comprovação de que os empregados foram realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

XLIII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XLIV. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XLV. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do **CONTRATO** de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

XLVI. Comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato, a realização da comunicação prevista no item anterior, mediante cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovantes de entrega e de recebimento, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação, nos termos do inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

XLVII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**;

XLVIII. Recrutar, nas hipóteses e nas condições previstas na Lei Estadual nº 13.462, de 2008, mão-de-obra egressa dos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, ou de programas de geração de emprego, renda, qualificação técnica e profissional para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do total de postos de trabalho destinados à execução deste Contrato, sempre o número de postos de trabalho contratados for igual ou superior a 5 (cinco);

XLIX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**.

L. Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

LI. Autorizar, a pedido da SUPAE, a participação de seus funcionários em reuniões e capacitações periódicas que abordem as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, teóricos e práticos, no mínimo, 2 (duas) vezes ao ano, atendendo às recomendações da RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 e RDC nº 06, de 08 de maio de 2020;

LII. Garantir que seus funcionários participem das reuniões e capacitações previstas nos itens 3.2.1, “a”, “X”; e 3.2.1, “b”, “VI” do Termo de Referência;

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa o XXXXXX (nome, matrícula e cargo) como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fiscal deverá ter pleno conhecimento do **CONTRATO** e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, e elaborar relatórios de acompanhamento, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- II. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no **CONTRATO** e demais anexos do Edital;
- III. Reunir-se com o preposto da **CONTRATADA**, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do **CONTRATO**;
- IV. Determinar a imediata retirada de suas dependências de empregado que adote, a seu juízo, conduta inconveniente, que cometa falta disciplinar ou que esteja sem uniforme e/ou EPI ou não portando o crachá de identificação, podendo solicitar a sua imediata substituição à **CONTRATADA**, se a falha não for sanada, após solicitação;
- V. Exigir da **CONTRATADA** o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, especialmente aquelas relativas ao pagamento dos salários e encargos, na forma prevista neste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- VII. Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;

- VIII.** Solicitar à **CONTRATADA** justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo-lhe assinar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;
- IX.** Descontar do pagamento mensal os valores correspondentes aos postos contratados que permaneceram fora de operação no mês considerado, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- X.** Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela **CONTRATADA**, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- XI.** Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis aplicação de penalidade;
- XII.** Examinar, por amostragem, as Carteiras Profissionais dos empregados, para comprovar o registro de função profissional, de acordo com as atividades previstas no Termo de Referência;
- XIII.** Instituir rotina de fiscalização contratual, através da solicitação à **CONTRATADA**, por amostragem, de comprovantes de pagamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores, no percentual mínimo de 10% (dez por cento) dos empregados a cada mês;
- XIV.** Solicitar diretamente aos empregados terceirizados que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes, inclusive mediante a solicitação dos extratos das respectivas contas do FGTS, assegurando-se que, até o final de um ano de execução contratual, a totalidade dos empregados tenham os seus extratos analisados pelo **CONTRATANTE**, sem prejuízo de analisar mais de uma vez as contas de um mesmo empregado;
- XV.** Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- XVI.** Comunicar ao gestor do **CONTRATO**, em tempo hábil, o término do **CONTRATO** sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

XVII. No término da vigência contratual, verificar se houve o pagamento das verbas rescisórias dos empregados demitidos, suspendendo o pagamento da última fatura e a liberação da garantia contratual até que se comprove a adimplência da **CONTRATADA**, nos termos do **PARÁGRAFO DÉCIMO** da **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**.

PARÁGRAFO QUARTO: Para efeito da fiscalização prevista no item XIII do **PARÁGRAFO TERCEIRO**, a **CONTRATANTE** poderá solicitar ao **CONTRATADO** a apresentação dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- b) comprovantes de pagamento dos salários de qualquer empregado, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- c) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATANTE** designa o XXXXXX (nome, matrícula e cargo) como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- I. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- II. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do **CONTRATO**;
- III. Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à **CONTRATADA**;
- IV. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- V. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do contrato;
- VI. Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, e atestadas pelo fiscal do **CONTRATO**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- VII. Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no mês considerado, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;

VIII. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO SEXTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo em anexo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços executados serão objeto de medição mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Até o primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados os serviços, a **CONTRATADA** encaminhará relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do **CONTRATO** no prazo de 5 (cinco) dias úteis, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO: O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do **CONTRATO** serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados ou, se for o caso, da pontuação obtida na avaliação da qualidade dos serviços em consonância com os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Anexo D do Termo de Referência**.

PARÁGRAFO QUINTO: O fiscal indicará a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, caso se constate que a **CONTRATADA**:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou tais recursos com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO: Até que sejam sanadas todas as eventuais pendências técnicas, o fiscal não deverá emitir o termo de Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO NONO: Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias **úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a análise dos relatórios e de toda documentação apresentada pela fiscalização, com a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os prazos de recebimento não correrão enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Sanadas as pendências e aplicadas eventuais glosas, a **CONTRATANTE** comunicará à **CONTRATADA** o valor aprovado pela fiscalização e gestão, autorizando a emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A realização das glosas indicadas não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA** em virtude da inexecução dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto ou glosa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será efetuado mensalmente à **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Havendo erro na Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o fiscal do **CONTRATO** promoverá a sua devolução à **CONTRATADA**, para que providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO QUINTO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO SEXTO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos previstos no **PARÁGRAFO SEGUNDO**, ou o documento encaminhado contenha pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará temporariamente suspenso.

PARÁGRAFO OITAVO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pelo **CONTRATADO**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO NONO: Se, no exercício da fiscalização contratual de que trata o **PARÁGRAFO TERCEIRO** da **CLÁUSULA NONA**, for verificada irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias relativas ao presente **CONTRATO**, a **CONTRATADA** terá o prazo de 10 (dez) dias para regularizar-se.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Não havendo quitação das obrigações no prazo assinalado no **PARÁGRAFO NONO**, a **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a deduzir parte do pagamento da fatura em valor correspondente ao valor inadimplido pela **CONTRATADA** e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para extinção do **CONTRATO**, nos termos do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, e para aplicação das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas referidas no **PARÁGRAFO DÉCIMO** deverá ser objeto de recibo de quitação plena, geral e irrestrita firmado pelos respectivos empregados, contando, sempre que possível, com a participação do sindicato representativo da categoria profissional.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** somente efetuará o pagamento da última parcela mensal, mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho ou de que foi efetuado o pagamento dos direitos rescisórios de todos os seus empregados demitidos, referentes a este **CONTRATO**, com a apresentação dos seguintes documentos: (i) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; (ii) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais, quando for o caso; (iii) demonstração de pagamento de aviso prévio, quando for o caso; e (iv) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TECEIRO: Em caso de irregularidade no pagamento dos direitos rescisórios dos empregados e não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de 10(dez) dias, aplica-se o disposto no **PARÁGRAFO DÉCIMO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA

I	Índice de atualização financeira, assim apurada: I =
---	---

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do **CONTRATO**, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a **CONTRATADA** opte pelo seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do **CONTRATO**, ficando-lhe assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a **CONTRATADA** opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.1333, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente **CONTRATO**, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no **CONTRATO** e poderá ensejar a extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, bem como obrigações para com o FGTS, não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do **CONTRATO** e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do **CONTRATO** ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do **CONTRATO** por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do **CONTRATO** principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **PARÁGRAFO NONO** deste **CONTRATO**;
- d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **CONTRATANTE**, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do **CONTRATO**, ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, mediante a comprovação, por termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** pagou, até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento da prestação dos serviços, todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação ou que realocou todos os

empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Em caso de não comprovação, a **CONTRATANTE** poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao **CONTRATO** ou para quitação das contribuições previdenciárias e do FGTS não adimplidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações das partes contratantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, e, especificamente:

- a) o não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias ou o não recolhimento das contribuições perante o FGTS
- b) a não apresentação da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

PARÁGRAFO SEXTO: Quando da extinção do **CONTRATO**, o fiscal deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, a **CONTRATANTE** reterá a garantia contratual e os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

PARÁGRAFO OITAVO: Não havendo a quitação das obrigações no prazo estipulado, a **CONTRATANTE** procederá de acordo com o previsto na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente **CONTRATO**, inclusive as obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias e sociais;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução contratual sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos incisos **X a XXV e XXVII** da **CLÁUSULA OITAVA** deste **CONTRATO** (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada em caso de cometimento da infração prevista na alínea “d” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, verificada especialmente quando a **CONTRATADA** não implantar todos os postos de trabalho relacionados no Termo de Referência no prazo assinalado, conforme previsto no inciso III da **CLÁUSULA OITAVA**;

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado na implantação dos postos de trabalho previstos no **CONTRATO**, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do(s) posto(s) de trabalho não implantados, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: Será aplicada multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor mensal do **CONTRATO**, por dia de atraso, no caso de descumprimento dos prazos contratuais estabelecidos referentes ao pagamento de salários, contribuições previdenciárias e FGTS, descumprindo as obrigações previstas nos incisos XXXVI, XXXIX e XL da **CLÁUSULA OITAVA**, e de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal, por dia de atraso, em caso de atraso no pagamento de benefícios e demais obrigações trabalhistas, descumprindo a obrigação prevista no inciso XXXVII da **CLÁUSULA OITAVA**;

PARÁGRAFO SEXTO: A multa moratória prevista no **PARÁGRAFO QUINTO** será de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal do **CONTRATO** por dia de atraso no caso de reincidência, no período de 12 (doze) meses, das condutas previstas nos incisos XXXVI, XXXIX e XL da **CLÁUSULA OITAVA**, e de 0,2% (dois décimos por cento) no caso da conduta prevista no inciso XXXVII da **CLÁUSULA OITAVA**;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas nos incisos XXXVI, XXXIX e XL da **CLÁUSULA OITAVA**, configura-se o descumprimento total da

obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor mensal do **CONTRATO**, e, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXXVII da **CLÁUSULA OITAVA**, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do **CONTRATO**, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO OITAVO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, nos termos da alínea “b” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** reincidir, pelo mesmo motivo, em quaisquer das faltas puníveis com advertência;
- II. 5% (cinco por cento) até o máximo de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista nos incisos I e XXVIII da **CLÁUSULA OITAVA**, quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;
- III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XLVII da **CLÁUSULA OITAVA**.
- IV. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do posto de trabalho, a ser aplicada quando a **CONTRATADA**, devidamente notificada para este fim, não promover a reposição/substituição do posto de trabalho, no caso dos afastamentos por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie, descumprindo a obrigação prevista no inciso XXXIV da **CLÁUSULA OITAVA**;
- V. 5% (cinco por cento) a 10% (cinco por cento), calculada sobre o valor do posto de trabalho, a ser aplicada quando a **CONTRATADA**, devidamente notificada para este fim, não promover a reposição/substituição do posto de trabalho, quando os seus ocupantes tenham cometido falta disciplinar ou não ostentem a qualificação necessária para o exercício de suas funções, descumprindo a obrigação prevista no inciso XXXIII da **CLÁUSULA OITAVA**;
- VI. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA**, devidamente notificada para este fim, não fornecer uniforme completo e seus

complementos aos seus empregados ou não realizar a substituição dos mesmos, e de 10% (dez por cento), sobre o valor mensal do **CONTRATO**, quando deixar de fornecer os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs) necessários à execução do serviço, descumprindo, respectivamente, as obrigações previstas nos incisos XXIX e XXXI da **CLÁUSULA OITAVA**;

VII. 1% (um por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** não cumprir, dentro do primeiro mês de contratação, a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA OITAVA** e de 3% (três por cento), sobre o valor mensal do **CONTRATO**, quando não realizar a obrigação prevista no inciso IX da **CLÁUSULA OITAVA**;

VIII. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA**, descumprir a obrigação prevista no inciso XLII da **CLÁUSULA OITAVA** no prazo assinalado;

IX. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XXX da **CLÁUSULA OITAVA**;

X. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA**, devidamente notificada para este fim, não realizar curso de reciclagem/treinamento previsto no edital ou em seus anexos, descumprindo a obrigação prevista no inciso XXXII da **CLÁUSULA OITAVA**, sem prejuízo da glosa do valor referente ao curso previsto na planilha de composição de custos;

XI. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), sobre o valor mensal do **CONTRATO**, quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação contida no inciso XLI, bem como quando infringir a obrigação insculpida no inciso XXVI da **CLÁUSULA OITAVA**, e, notificada pela **CONTRATANTE** para sanar a irregularidade, não o fizer no prazo assinalado;

XII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XXXVIII, XLIV, XLV e XLVI da **CLÁUSULA OITAVA**;

XIII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor mensal do **CONTRATO**, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso XXXV da **CLÁUSULA OITAVA**;

XIV. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos II, IV, V, VI, VII, XLIII e XLVIII da **CLÁUSULA OITAVA**;

XV. 5 (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XLIX da **CLÁUSULA OITAVA**.

PARÁGRAFO NONO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO OITAVO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Todas as sanções previstas neste **CONTRATO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**,

decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste **CONTRATO** poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos

lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I. Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, bem como nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

CNPJ XXX

CONTRATANTE

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO:<objeto do contrato>

CONTRATADA:<nome da contratada>

CNPJ:XXXXXXXXXXXX

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATR.:XXXXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183.2026.AC 30.PE.90109.SAD.SEE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109.2026

SEI Nº 1400005733.000024/2025-51

ANEXO VI MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **XXXXXXXXXXXXXX**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: XX minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

STEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **COMPRAS.GOV.BR**

NDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

REGOEIRO:

DNE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

NDEREÇO:

s períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no a
e abertura do certame.

BSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

BSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia
bsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MARIA DE ALBUQUERQUE RAMOS NAZARE**, Pregoeira e matrícula **4593057**, em 09/06/2026, às 15:25.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **a55938ad-1695-4b17-8751-1155c66d0374**
